



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

A T A nº 10/2023

Aos catorze de novembro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **6ª Sessão Extraordinária de 2023**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 26/2023, de 18 de setembro.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata nº 06/2023 – 3ª Sessão Ordinária, de 21 de junho de 2023. Aprovação.

III.2. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

III.3. Regulamento Municipal dos Apoios no Âmbito da Ação Social Escolar. Suspensão temporária do artigo 4.º – Pagamento de refeições escolares nas escolas públicas da área do Município do Seixal. Medidas extraordinárias. Aprovação.

III.4. 1ª alteração ao Plano de Pormenor de Reversão da Quinta das Flores (PPRQF) – aprovação de Relatório de Ponderação do período de Discussão Pública e sujeitar a alteração do PPRQF à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do RJGT. Aprovação.

III.5. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aprovação de minuta.

III.6. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora. Aprovação de minuta.

III.7. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Corroios. Aprovação de minuta.

III.8. Suspensão parcial da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal para a área da UOPG 60 - Quinta Carlos Costa, e o estabelecimento das respetivas Medidas Preventivas, na sequência do parecer prévio da CCDD-LVT referido no ponto B) da Deliberação n.º 218/2023, de 21 de julho. Aprovação.

III.9. Suspensão parcial da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal para a área correspondente ao revogado Plano de Pormenor de Vale de Chicharos e o estabelecimento das respetivas Medidas Preventivas, na sequência do parecer prévio da CCDD-LVT referido no ponto B) da Deliberação n.º 219/2023, de 21 de julho. Aprovação.

III.10. Criação do Gabinete do Complexo Municipal de Atletismo Carla Sacramento e respetivas competências, Gabinete de 3.º Grau – Unidade orgânica flexível, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, bem como aprovação da alteração ao Organograma e alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais. Aprovação.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

- III.11.** Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de carácter eventual do Município do Seixal após consulta pública, terminada no dia 2 de junho de 2023. Aprovação de minuta definitiva.
- III.12.** Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.
- III.13.** Lançamento de derrama, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do artigo 14.º e 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.
- III.14.** Definição da participação percentual no IRS, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.
- III.15.** Fixação do Percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024. Aprovação.
- III.16.** Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.
- III.17.** Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a Freguesia de Amora. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.
- III.18.** Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a Freguesia de Corroios. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.
- III.19.** Minuta de Ata. Aprovação.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Catarina dos Santos Teixeira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Manuel António Rosado Janeiro, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe e Nuno Filipe Oliveira Graça.

Do PS: Anabela da Conceição Gomes, Diamantino dos Santos Moreira, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Digo Fernandes Leal, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldês Dias Ramos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Telma Cristina Lopes de Lima e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Duarte Sérgio dos Santos Melo Correia e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Joana Alexandra Ferreira Ideias.

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha.

Independente: Henrique Martins Rodrigues.

Independente: Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do PAN: Ana Isabel Marques Ramos Braz da Silva.



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, Corroios, Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, respetivamente, Nelson Manuel Henrique Ramos, Hugo Ricardo Monteiro Constantino, Rui Miguel Pereira Santos e Maria João Filipe Costa.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Alexandre da Conceição Silva, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Liliana Ângela Sequeira da Cunha, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Cláudia Alexandra Martins de Oliveira e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:41.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos dar início à 6ª sessão extraordinária de 2023 e com uma primeira nota. Nas reuniões de líderes realizadas recentemente, e também na sequência da decisão que tomamos inscrita no Regimento das transmissões online das sessões da Assembleia Municipal, hoje vamos durante o período de antes da ordem do dia, não é necessário mais que isso, proceder à gravação da Assembleia Municipal em teste. Portanto, não é ainda a transmissão, ela irá acontecer mais à frente, mas é uma questão de ordem técnica. Esta gravação tem o propósito de olharmos em conjunto para o modelo e para o resultado. Tratando-se de uma gravação para teste, não se procedeu ao prévio consentimento dos presentes. Em relação à nossa sessão de hoje, pedidos de substituição da CDU Paula Santos por Manuel Janeiro, em virtude de a Ana Magalhães ter pedido a sua substituição. Do PS, Sérgio Ramalhete por Diamantino Moreira e Ana Jorge por Anabela Gomes. Do PSD, Maria Luísa Gama por Duarte Correia. Há uma inscrição no primeiro ponto da ordem de trabalhos, o período de intervenção da população. Tem a palavra o Sr. Domingos Assunção.”

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

Sr. Domingos Assunção disse: “O assunto que me traz cá é um assunto relativamente simples que esperava que não houvesse a necessidade de chegar até aqui, mas já tentámos todas as outras formas e esta foi a única que conseguimos ou pelo menos achamos que nos poderá levar a algum lado. O que me traz cá então é o processo de legalização do meu lote, no Pinhal do General, é um lote que já viu as suas dívidas todas pagas, que está desde julho a tentar ser... ver o seu processo de legalização terminado e neste momento já... a AUGI já enviou para cá os papéis, já comunicou para ver se a coisa andava ou não e chegámos a um ponto em que tive que vir aqui perguntar qual é que é a melhor maneira de fazer os próximos passos ou alguma coisa para ver esse processo então legalizado e terminado. É isso que me traz cá, não sei se é um assunto ou não ao nível daquilo que esta Assembleia está habituada, mas é por isso que estou cá. A urgência também que me trouxe aqui prende-se muito ao facto de... nós precisamos de avançar com este processo porque o nosso senhorio disse-nos que para o ano está a pensar vender a casa, nós temos que avançar com isso para poder utilizar o terreno, fazer a nossa construção e daí a minha urgência que me veio trazer até esta Assembleia. É tudo, muito obrigado. Não sei se me mantenho aqui ou saio, mas... ah, muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Agradecemos e pode retomar o seu lugar. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre a questão colocada, tenho a dizer que o Pinhal do General, como é sabido, já tem o título de reconversão emitido, tem um alvará de loteamento emitido, foi feita a escritura de divisão de coisa comum, portanto, os lotes já estão legalizados. Não há nada mais aí em cima, portanto, a questão está legalizada. Mas, se qualquer outra dúvida houver, eu no intervalo falo com o munícipe para esclarecer qualquer situação. Eu não compreendi bem o que é, mas fica no intervalo falarmos para esclarecermos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o Período de Antes da Ordem do Dia, com um conjunto de documentos e com uma declaração política.”

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O primeiro é da CDU, é uma moção pela melhoria das condições de acesso a cuidados de saúde no Concelho do Seixal, é subscrita por Fernando Sousa, que tem a palavra.

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Pela melhoria das condições de acesso a cuidados de saúde no concelho do Seixal”, subscrita por Fernando Sousa.

(Documento anexo à ata com o número 1).

Fernando Sousa da CDU disse: “Esta moção vem no sentido de apresentar, portanto, a nossa preocupação e a forma como tem sido trabalhada, portanto, pelo Governo, a questão da área da saúde, de tanta importância para a nossa população. Tem havido alguns avanços, mas mais recuos do que avanços e lembro-me que em 2009, quando estive cá a Sra. Ministra na altura, Ana Jorge, assisti ao compromisso feito por ela em nome do Governo e até hoje, em 2023, ainda continuamos à espera do hospital no Concelho do Seixal. O que é certo é que outras situações se foram agravando e a população tem vindo a aumentar e cada vez há menos resposta na área da saúde para a população. Promessas são muitas. Isto traz aqui é que a Assembleia Municipal reunida e eu não vou ler a moção na totalidade, que está na mão de todos os eleitos e, portanto, vou passar à parte de deliberações, portanto, que nós achamos que é necessário fazer. Portanto, a Assembleia reunida em sessão extraordinária a 14 de novembro de 2023, por proposta dos eleitos da CDU, reitera o seu inequívoco apoio ao investimento e qualificação do Serviço Nacional de Saúde e rejeita a destruição do mesmo, exigindo ao Governo: Construção urgente do hospital do Concelho do Seixal, a construção urgente de uma nova Unidade de Saúde Familiar na Freguesia de Amora para substituir a Unidade de Saúde Familiar da Rosinha, que não tem as mínimas condições para funcionar. A ampliação urgente da Unidade de Saúde Familiar de Fernão Ferro, a substituição das instalações da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal de Frades, a abertura do aviso PRR para a construção de uma nova unidade de cuidados continuados no Concelho, o aumento... o alargamento dos horários dos centros de saúde para atendimento permanente, o aumento do número de médicos e enfermeiros, auxiliares de saúde e administrativos dos equipamentos do saúde no Concelho do Seixal, de modo a haver uma melhoria efetiva das condições de acesso a cuidados de saúde da população do Município. A Assembleia do Seixal expressa igualmente a sua solidariedade ativa para com a população do Concelho do Seixal e à comissão dos utentes de saúde na sua luta por melhores cuidados de saúde no Concelho, sendo que a saúde é um legítimo direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, assim como manifestar o apreço para com todos os profissionais de saúde que desempenham as suas funções em



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

condições que estão longe de ser as necessárias e que, por isso, lutam em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria, não na moção, mas gostaria de saudar o Município do Seixal, 187 anos é obra! É um Município que merece respeito por todo o trabalho que faz e tem feito ao longo de todos estes anos. Portanto, quando muitas vezes se fala do Município de uma forma desagradável, há que ter respeito. Respeito por todos estes anos, são 187 anos! Viva o Concelho do Seixal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção, Fátima Carvalho e a seguir Rui Belchior.”

Fátima Carvalho do PS disse: “Para vos dizer que, obviamente e porque nós, os eleitos do Concelho do Seixal, estamos aqui para defender sobretudo os direitos e os deveres e os interesses da nossa população, obviamente acompanhamos esta moção, temos... poderíamos ter aqui algumas ressalvas, tem a ver com a responsabilidade que é colocada quase toda ela no poder central, óbvio que à Câmara também cabe, através da execução das suas opções orçamentais, fazer um esforço para que estas obras se concretizem. Da parte do Governo, tanto quanto sabemos, tem havido o acompanhamento, tem havido incentivo, tem havido conversa para que estes projetos venham a ser uma realidade. A única coisa que pedimos é que as verbas inscritas sejam realmente representativas para que se possam lançar as primeiras pedras e que se aproveite todo o dinheiro que está destinado para os Municípios através do plano de resiliência, por exemplo, e de outros fundos comunitários. Portanto, estamos convosco nesta luta, para que realmente os equipamentos de saúde e os serviços de saúde sejam um exemplo do Concelho do Seixal.”

Rui Belchior do PSD disse: “Isto é a safa do costume, lembro-me de nós sermos repreendidos, nós, o Partido Social Democrata, de apresentarmos a certa altura muitas moções sobre a Ponte da Fraternidade e a necessidade do seu alargamento. Mas a CDU e relativamente ao Hospital do Seixal, ainda que com algumas nuances, apresenta reiteradamente e em todas as Assembleias. De qualquer modo, queria... não podia... com todo o respeito, que é muito, pelo Sr. Fernando Sousa, quem o ouviu falar aqui há de pensar que a CDU ou o Partido Comunista, está há 187 anos a gerir o Município, não é? É preciso dizer as coisas de outra maneira. Eu pensava que era só há quase 50 anos, não há 187 anos. E, portanto, é evidente que o Município merece respeito. Posto este aparte, nós recusamos... nós, Partido Social Democrata, não temos nenhum problema com isso, recusamos continuar a enganar as populações, porque quem vê este tipo de moções, quem vê estas sistemáticas reivindicações, parece que o hospital é ali no dobrar da esquina! Nós não vamos nisso! Nós não aceitamos isso e, portanto, não contem connosco para esse tipo de registo e esse tipo de paradigma. Mais, agora já abriram a visão para os cuidados primários de saúde, para os centros de saúde, etc. Mas eu ainda há pouco tempo ouvia aqui do Executivo da CDU, da Câmara, dizer: “O Centro de Saúde? Era o que faltava! Era o que faltava nós fazermos ou, portanto, cumprirmos com aquelas responsabilidades do Governo Central”, mas agora, pelos vistos, o paradigma já mudou, nós registamos isso e entendemos mesmo que o caminho é esse e não continuar reiteradamente, repito, a enganar as pessoas, que vamos ter um hospital. Não, não vamos ter!”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “tem a palavra o proponente Fernando Sousa.”

Fernando Sousa da CDU disse: “Nós não andamos a enganar ninguém! É a vontade do povo, que muitas vezes andou na rua, abraçou esta causa e tem sido, portanto, uma luta do próprio... tanto da Câmara municipal, da população, que tem sido tanto no sentido de construir um novo hospital. Será que o Hospital



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Garcia da Orta chega? Claro que não! Será que os centros de saúde chegam? Claro que não! Portanto, é nossa intenção fazer com que, há muitos anos pedindo, para que haja qualidade na saúde para a população, que é também uma forma de podermos ter a população satisfeita e sentir que no Seixal, para além de outras coisas boas que por cá estão, também temos saúde em condições. Se fosse da responsabilidade da Câmara e aí eu quero acrescentar que muito do trabalho que tem sido feito ao nível da entrega de terrenos, a entrega de trabalhos... portanto, complemento de trabalhos exteriores, portanto, a Câmara tem contribuído. E são muitos milhões! São muitos milhões! Portanto, aquilo que nós pretendemos é, de facto, que haja a responsabilidade de quem tem o direito de ser responsável pela saúde neste país. E quem é responsável pela saúde neste país é o Governo Central, como é óbvio. A Câmara comparticipa, colabora, como tem sido hábito fazê-lo, portanto, mas a responsabilidade é, de facto, do poder central.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. Presidente da Câmara Municipal, tem a palavra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A questão das condições de acesso a cuidados de saúde no Concelho do Seixal é uma preocupação de há muitos anos da Câmara municipal, posso dizer desde a instauração do poder local democrático, que esta é uma preocupação e que durante estes anos têm sido muitos os apoios que a Câmara municipal do Seixal tem dado para a construção de cuidados de saúde no Concelho, mas também tem tido um trabalho muito importante ao abrigo do seu programa no Gabinete Seixal Saudável, com um trabalho que é reconhecido por todos, não é por acaso que a Câmara municipal do Seixal preside à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e é um dos três Municípios portugueses que foi admitido na rede europeia Cidades Saudáveis. Portanto, há sem dúvida este trabalho que é feito ao longo de muitos anos e não foi agora que o descobrimos. As questões quer do hospital, que são essenciais, quer das Unidades de Saúde Familiar, portanto, que também são essenciais e temos o caso da Rosinha, que não tem condições para funcionamento, temos Fernão Ferro, que precisa de ser ampliada e temos a questão de Pinhal de Frades, que também tem de ser uma situação a resolver. Dizer aqui que na semana passada conseguimos mais uma grande vitória quanto à questão da saúde, foi o compromisso do Governo que no próximo aviso PRR equipamentos de saúde iria sair a Unidade de Saúde Familiar de Paio Pires, é um equipamento, uma reivindicação muito antiga da população, a construção dessa Unidade de Saúde e que é, sem dúvida, um equipamento essencial. Agora, há outros equipamentos que são necessários e que também temos que lutar por eles, da mesma maneira que, portanto, conseguimos a aprovação da construção da Unidade de Saúde nos Foros da Amora, agora Paio Pires e temos que continuar a lutar pelos outros e viremos cá quantas vezes forem necessárias até se conseguir que estes equipamentos sejam uma realidade porque, efetivamente, temos que lutar por aquilo que é essencial para a nossa população e estes equipamentos são essenciais. Não sei o que é que o PSD quis aqui dizer que não íamos ter hospital no Concelho do Seixal, sei que vamos ter eleições, não sei se o PSD já está com a sobrançeria que vai ganhar e que já está aqui a anunciar o seu programa de Governo e para o PSD, se ganhar, pelo menos ficamos a saber que não haverá hospital no Concelho do Seixal. Espero que tenham a coragem durante a campanha eleitoral de dizer isso aos seixalenses, que se ganharem não vai haver hospital no Concelho do Seixal, isso demonstrava que, sim senhora, seriam coerentes. Agora quero ver se durante a campanha eleitoral não vêm dizer o contrário e não vêm prometer o hospital à população do Concelho do Seixal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior tem a palavra para defesa da honra.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Rui Belchior do PSD disse: “Ó Sr. Presidente, ainda antes de mais uma interpelação à Mesa, na medida em que, ou eu estou enganado, o proponente é o último a falar e aqui... e não o Presidente da Câmara. Posto este... posto... passando este aparte e esta interpelação à Mesa, que depois deverá considerar, passando à defesa da honra, isto caiu... lá está, quem está a ouvir isto que acabou de dizer o Sr. Presidente da Câmara, pensa que o PSD Seixal alguma vez teve um discurso diferente deste que teve hoje aqui, que não corresponde à verdade. Nós temos dito sempre a mesma coisa, portanto, isto sim é que é campanha eleitoral e ainda mais baixa, da mais rasteira, desculpe dizer-lhe isto com franqueza, que eu já ouvi nos últimos tempos. O PSD nos últimos... desde pelo menos 2013 e estávamos no Governo nessa altura, que tem dito sempre a mesma coisa, que a aposta deve ser nos cuidados de saúde primários e que, não sendo contra o Hospital do Seixal, entendemos... já agora, deviam também ter dito às pessoas que o hospital que está programado, nós gostamos de insistir nesse ponto, falou aqui no Garcia da Orta, o Garcia da Orta tem 500 e tal camas. O Hospital do Seixal sabe quantas tem? 60! 60 camas! E é nessa medida que eu digo que é enganar as pessoas. E, portanto, nós não modificamos em nenhum aspeto o nosso discurso e nem temos nenhuma sobrançeria porque as eleições são só em março e até lá logo se vê. E ainda mais, o PSD do Seixal tem essa autoridade moral porque no PSD Seixal não há dirigentes nacionais, não há dirigentes locais que exerçam, portanto, cargos, ou até, se quisermos, para sermos mais efusivos, tachos públicos! Nós aqui vivemos voluntariamente e estamos na política de forma voluntária. E, portanto, não permitimos nem admitimos esse tipo de ataques rasteiros, repito.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Em relação à observação que o Rui Belchior fez, no que se refere à ordem de intervenções, tem razão, foi um lapso da Mesa, no quadro regimental a última intervenção é do proponente e fica aqui colocado ao proponente que releve isso. A apreciação do documento está concluída, interveio o proponente e o Presidente da Câmara Municipal. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para defesa da honra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Primeiro, dizer que... e a história desta Assembleia demonstra isso, é ir ver as atas, muitas vezes que o PSD votou aqui a favor do hospital, portanto, não é dizer que estão a ser coerentes, sempre defenderam que não... sempre disseram que não eram contra, não é verdade. E, segundo, quem disse que não ia haver hospital no Concelho do Seixal foi o Sr. eleito. Se está arrependido do que disse, é diferente! “

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos passar à votação da moção.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 83/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário :1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Pereira e a seguir Nuno Capucha, vão intervir para declaração de voto.”

Rui Pereira Santos do PS disse: “Dizer só que, como é lógico, acompanhamos esta preocupação da CDU, acho que é uma preocupação legítima de todos nós, mas gostávamos de referir que a CDU por vezes esquece-se, não se recorda do que faz. Ainda há pouco tempo tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara onde alertámos para as necessidades de o Centro de Saúde de Fernão Ferro ser ampliado, ter obras profundas, ser um novo Centro de Saúde que permitisse agregar o Centro de Saúde de Fernão Ferro ao Centro de Saúde de Pinhal de Frades, onde desse resposta às pessoas que não têm médico de família em Fernão Ferro e Pinhal de Frades. Inclusive, sugerimos que no âmbito do PRR fosse aberta uma candidatura a esses fundos. A Câmara nada fez, candidatou-se, sim, tanto quanto sei, para Foros de Amora e de Paio Pires, pelos vistos tinha a luz verde para esses projetos, fantástico, mas vir aqui dizer que é preciso em Fernão Ferro e isso dizemos nós há muitos anos já, há muito tempo que dizemos isso, é preciso é que quem tem essa capacidade de intervir... essa capacidade de fazer acontecer, que o faça. E que no Seixal até hoje pode ter pedido, mas quando foi o momento certo, o momento chave para o fazer, não o fizeram.”

Nuno Capucha do CH disse: “Naturalmente que esta preocupação que a CDU expressou é uma preocupação geral, o direito à saúde é um direito que está consagrado na Constituição e o Chega decidiu avançar com uma queixa formal dirigida ao Tribunal Constitucional e à Provedoria da Justiça por violação do direito dos cidadãos à saúde. Entre outras propostas, avançamos também com uma proposta de 20% de aumento para os profissionais de saúde e tencionávamos e penso que ainda tencionamos, se o atual clima político permitir, realizar as Jornadas Parlamentares sobre Saúde já no próximo mês de dezembro. Mas porque é que nos abtemos? Simples. Porque esta enorme deterioração do Serviço Nacional de Saúde, ou melhor, para resolver, é necessário outro modelo de gestão da saúde, um modelo nomeadamente que não diabolize o setor privado. O estado a que a saúde chegou, diria o estado moribundo a que a saúde chegou neste país, exige uma grande flexibilidade para ser resolvido.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte, que é do PSD, uma recomendação “Por um Concelho mais eficiente e responsável na gestão da água”, é subscrita por David Martins, que tem a palavra.”

II.2. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Recomendação: “Por um concelho mais eficiente e responsável na gestão da água”, subscrita por David Martins.

(Documento anexo à ata com o número 2).

David Martins do PSD disse: “Isto trata-se de uma recomendação ao Executivo da Câmara para um Concelho mais eficiente e responsável na gestão da água, é um dos recursos mais essenciais à vida e com isto falamos que deve ser preservado naquilo que são as lides domésticas de cada um, portanto, a sensibilização é importante, mas também nos organismos públicos do Concelho. Portanto, vou só passar a ler as deliberações, já que tiveram todos, julgo eu, acesso à recomendação. Assim, a Assembleia Municipal



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

do Seixal reunida em sessão extraordinária no dia 14 de novembro de 2023 delibera: a realização de investimentos para a atualização e manutenção da rede, visando a redução de perdas de água, conforme destacado no relatório anual dos serviços de águas e resíduos em Portugal, inclusão nas faturas mensais de água de informações atualizadas sobre o volume de água perdido diariamente na rede para consciencialização dos consumidores, solicitar ao executivo municipal para tornar público o plano de proteção civil, destacando as medidas a serem adotadas em situações críticas, como a suspensão do sistema regas e a criação de uma campanha de sensibilização de boas práticas na utilização deste recurso essencial à vida, tanto na população em geral, através dos meios de comunicação institucionais, como nas escolas e institutos públicos.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra os Srs. Eleitos João Leal e a seguir Armando Farias.”

João Leal do PS disse: “O que aqui é trazido é exatamente aquilo que o Partido Socialista tem defendido ao longos dos anos e, portanto, obviamente que o Partido Socialista acompanha esta recomendação e, aliás, temos vindo a defender tanto o aproveitamento das águas pluviais, que esta Câmara insiste em não aproveitar, bem como a monitorização da rede de distribuição, que tem enormes perdas hídricas e é também importante falarmos aqui de desindexação de taxas desiguais na fatura da água, porque a água não é lixo e para que haja uma real transparência e idoneidade da cobrança da mesma, separando a gestão de resíduos e a aplicação do sistema PAYT, que, insistimos... que esta Câmara insiste em não querer aplicar. A verdade é que também estamos sobre uma enorme bacia hidrográfica e é essencial que tenhamos uma preocupação com a manutenção da mesma e aqui verifica-se uma total ausência de medidas preventivas e impeditivas para a preservação da mesma, existindo fontes de contaminação, seja pelas lagoas de hidrocarbonetos, pelas descargas ilegais ou pelas fugas na rede de águas residuais, que também carece de uma requalificação e identificação das fugas.”

Armando Farias da CDU disse: “Relativamente a esta moção do PSD, coloca questões pertinentes, mas são questões que a Câmara está a atuar. Portanto, não traz nenhuma novidade, a realização de investimentos para a remodelação e manutenção da rede é necessário fazer permanentemente, a Câmara está a fazer e os restantes pontos que tem na moção também a Câmara está a agir. Em relação à informação, há informação no site da Câmara relativamente aos relatórios da ERSAR, nomeadamente quanto à análise da água, já está disponível... pelo que eu vi hoje, já tem o segundo trimestre deste ano, há um programa da Câmara “quer renovar a rede de abastecimento de água e saneamento de água da sua casa”, um projeto de apoio às famílias para que também elas possam ter em conta aquilo que é necessário fazer nas habitações quanto às perdas de água. Há aqui aspetos que não referem mas que eu penso que é importante referir, é que o Seixal continua desde há muitos anos no ranking nacional do indicador Água Segura, já por várias vezes o Município tem recebido certificações no reconhecimento desta distinção. E para 2023 já foi anunciado, vai ser agora acho que em fevereiro, entregues prémios, a Câmara do Seixal, mais uma vez, vai receber o prémio na categoria de selo de qualidade exemplar de água para consumo humano. E era importante que também referissem isso! Porque isto demonstra que a Câmara está a agir bem nesta matéria, nesta área, em favor das famílias e isso também é fundamental.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu pedia ao Sr. Vereador Joaquim Tavares para se pronunciar sobre o conteúdo da recomendação.”

O Vereador Joaquim Tavares disse: “Desde logo, gostaria de dizer que no diz respeito à água no nosso Concelho, nós temos uma política que é de mantermos os preços do custo da água na fatura integrada, dos mais baixos na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto e isso é uma opção do executivo, contrariamente a outros Municípios, que aumentam significativamente o custo da água. Depois, temos um plano de recuperação e contabilização dos gastos de água na rede pública de rega, portanto, durante algum tempo não foram instalados contadores nos parques e jardins e estamos a fazer essa recuperação para diminuir e obviar aquilo que são as perdas efetivas e temos também um plano de recuperação da rede com a intervenção em várias artérias do nosso Concelho nas condutas que são aquelas que existem há mais anos e, portanto, estão mais desgastadas e mais suscetíveis de perdas. Ainda recentemente iniciámos a obra do passeio ribeirinho e núcleo urbano antigo de Arrentela, onde vamos recuperar toda a rede de distribuição de água, também de saneamento e de águas pluviais nesse núcleo urbano antigo de Arrentela. Mas também noutros locais do Concelho estão obras a decorrer e outras para serem lançadas nesse contexto. Também já aqui foi referido e importa realçar, o programa que a Câmara Municipal lançou no que diz respeito à recuperação da rede pluvial e tanto que todas as famílias, nas condições que estão estabelecidas no respetivo programa, podem concorrer a ele. Relativamente às questões colocadas nas questões dos resíduos e naquilo que são as opções da Câmara, portanto, nós entendemos que os valores que praticamos são valores aquém daquilo que são os custos efetivos com os resíduos, isso é um facto e, portanto, temos vindo a discutir com a entidade reguladora, é esse o caminho que estamos a trilhar e é por aí que nós vamos, portanto, é a nossa opção política, não é carregar mais nas famílias que já têm poucos recursos, é em criar incentivos para aqueles que participam poderem ter menos custos do que aqueles que não participam. E, por último, dar nota que ainda este mês iremos receber um selo de qualidade da água, portanto, que revela o esforço que fazemos no nosso Concelho por resolver as questões que estão colocadas e as outras, que é dotar a população de água de qualidade em todo o Concelho.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, David Martins, o proponente.”

David Martins do PSD disse: “Só referir que acompanhamos naturalmente as informações que o Eleito João Leal deixou aqui e só referir que se o Sr. Eleito Armando Farias tivesse lido com melhor atenção a recomendação, nós referimos até a qualidade da água e até o Sr. Vereador também agora o disse, nós referimos até a própria qualidade da água, sabemos do selo de qualidade. O que falamos aqui é do desperdício da mesma, que não faz sentido e que queríamos que ela fosse mais controlada. Em relação a tudo o que propomos aqui, já sabemos, como das outras vezes, já está sempre no intelecto da Câmara, se ainda não estiver realizado.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação esta recomendação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 84/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções do grupo municipal da CDU

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há pedidos de declaração de voto, passamos para o documento seguinte, que é do Bloco de Esquerda, “Voto de solidariedade com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e pelo cessar-fogo da Palestina”, é subscrito por Isabel Cruz, que tem a palavra.”

II.3. O Grupo Municipal do BE apresentou um “Voto de solidariedade com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e pelo cessar fogo na Palestina”, subscrita por Isabel Cruz.

(Documento anexo à ata com o número 3).

Isabel Cruz do BE disse: “O horror da morte de civis em massa, de sequestros e prisões arbitrárias não pode deixar ninguém indiferentes. Todos os ataques e sequestros de civis devem ser condenados com a determinação de fazer cumprir o direito internacional, venham de onde vierem, tenham a tutela que tiverem. A ambição de acabar com o genocídio deveria ser o mais básico dos propósitos humanos, a ideia mais consensual e sensata da nossa sociedade. Só podemos estar do lado da ajuda humanitária e do cessar-fogo. Estamos do lado de quem tem a coragem de se levantar pela esperança e pelo fim do terror. A Amnistia Internacional expressa que a punição coletiva da população civil de Gaza equivale a um crime de guerra, é cruel e desumana. As autoridades de Israel têm a obrigação, ao abrigo do direito internacional, de garantir acesso às necessidades básicas da população. A ofensiva de Israel contra a Faixa de Gaza já fez mais de 12.000 mortos, 62% dos quais crianças e mulheres. Médicos Sem Fronteiras estimam haver 32.000 feridos em Gaza, dos quais 20.000 com acesso limitado a cuidados de saúde devido ao cerco. O cerco a Gaza está a privar mais de 2 milhões de pessoas do acesso à água, eletricidade, comida, remédios e a outros bens essenciais, desde o início do cerco foram insuficientes os camiões com ajuda humanitária que conseguiram entrar em Gaza. Os hospitais estão em rutura total devido à falta de combustível e aos danos dos bombardeamentos, havendo mesmo hospitais que deixaram de funcionar, levando à morte de doentes hospitalizados. 35 bebés em incubadoras correm o risco de morrer por falta de eletricidade para manter as incubadoras a funcionar. Corre-se o sério risco de todos os hospitais entrarem em colapso. Mais de 60 instalações das Nações Unidas foram destruídas e mais de 70 dos seus trabalhadores foram mortos. Há 1 milhão e 400.000 de pessoas deslocadas à procura de refúgio. Perante a carnificina, António Guterres e as Nações Unidas têm recordado o óbvio, até as guerras têm regras. Crimes de guerra são crimes de guerra e devem ser tratados como tal, venham de onde vierem. Guterres tem apelado ao cessar-fogo e à ajuda humanitária a Gaza. A população civil não pode ser o alvo do exército de Israel nem tampouco se pode admitir a punição coletiva dos palestinianos pelos bárbaros ataques perpetrados pelo Hamas. António Guterres tem razão, este é o momento da verdade, a história ajudará todos nós. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na 6ª sessão extraordinária no dia 14 de novembro de 2023, por proposta das



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

eleitas do Bloco de Esquerda, delibera: 1) solidarizar-se com António Guterres, Secretário-Geral da ONU, repudiando os ataques de que têm sido alvo por parte de Israel, subscrever o apelo de António Guterres pelo cessar-fogo na região, de necessidade de acesso à ajuda humanitária e de condenação dos crimes de guerra; 3) recomendar ao Governo Português a instar Israel a não barrar a entrada de representantes e funcionários da ONU e a não vedar o seu acesso a Gaza e à Cisjordânia; 4) fazer um minuto de silêncio pelas populações civis vítimas da guerra.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A Mesa não colocou uma questão, que é a prática que temos seguido, a apresentação em sequência de documentos sobre os mesmos temas e sendo a votação individual, como é evidente. Se não virem inconveniente, faremos isso. A outra moção é da CDU, “Fim ao massacre na Palestina, Cessar-fogo imediato. Palestina independente”. Subscrita por Armando Farias, que tem a palavra.”

II.4. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Fim ao massacre na Palestina, Cessar-fogo imediato. Palestina Independente.”, subscrita por Armando Farias.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Armando Farias da CDU disse: “O povo palestino é vítima de uma enorme injustiça, desde há mais de sete décadas que a Comunidade Internacional promete a criação de um estado da Palestina, mas este nunca viu a luz do dia. Contrariamente ao plano de partição da Palestina, aprovado pela ONU em 1947, do qual resultou a criação de Israel, o que sucedeu foi a tremenda catástrofe de 1948, um processo de limpeza étnica que se traduziu na demolição de mais de 530 aldeias e na expulsão de 750.000 palestinos da sua terra natal. De então para cá, nunca cessou a construção de novos colonatos israelitas em território palestino ocupado, perante a indiferença dos governos que dizem condená-los. Nunca cessou a construção dos muros do Apartheid que retalham a Cisjordânia e que há muitos anos o Tribunal de Justiça de Haia considerou ilegal, nunca cessaram as expulsões de palestinos das suas casas, bem como as prisões, assassinatos, agressões e humilhações a que diariamente são sujeitos. Hoje todo o mundo assiste a mais uma carnificina perpetrada por Israel. Há mais de 30 dias que Israel leva a cabo bombardeamentos indiscriminados contra a população palestina, além da destruição de habitações e estruturas civis a que nem sequer escapam hospitais, centros médicos, ambulâncias, escolas, mesquitas, campos de refugiados e o cais de concentração dos mercados palestinos. Também outros atos de grande violência, como o corte de abastecimento de água, de alimentos e de energia na faixa de Gaza, assim como na Cisjordânia e em Jerusalém Leste, violam inadmissível e impunemente os mais elementares direitos do povo palestino, consagrados nos princípios e normas do direito internacional, incluindo em inúmeras resoluções da ONU. Trata-se de uma deliberada prática do uso do massacre e da barbárie como instrumento de uma política que não só visa quebrar a crescente resistência e a luta do povo palestino pela concretização dos seus inalienáveis e legítimos direitos nacionais, como colocar de novo a população palestina perante a morte e a violência ou a expulsão das suas casas e das suas terras. É imperioso, pôr fim, à escalada de guerra de forma a impedir uma ainda maior tragédia com consequências ainda mais graves para a população palestina, martirizada por décadas de ocupação e opressão e para a população israelita, árabes e judeus em luta contra as arbitrariedades do Governo de Israel. Em todo o mundo são cada vez mais os homens e mulheres que exigem que seja travado o massacre e garantido o direito do povo palestino à vida e a ter um estado independente. No atual contexto assume grande significado e importância a adoção pela



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Assembleia geral da ONU de uma resolução aprovada recentemente com 121 votos a favor, 14 contra e 44 abstenções que, entre outros aspetos, defende uma trégua humanitária imediata, duradoura e sustentada que conduza à cessação das hostilidades. No mesmo sentido da paz e respeito pelos direitos da Palestina, destacam-se as declarações do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, proferidas no passado dia 24 de outubro. A paz só será possível com justiça para o povo palestino com o respeito pelo direito internacional, com a concretização de uma solução política através do cumprimento das relevantes relações da ONU, com o fim da política de ocupação e opressão por parte de Israel. A Assembleia Municipal do Seixal reunida em sessão extraordinária a 14 de novembro de 2023, por proposta dos eleitos da CDU, delibera: manifestar o seu pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina, assim como pelas dezenas de milhares de vítimas palestinianas, sírias, libanesas, egípcias, jordanas e israelitas, em resultado de 75 anos de negação dos direitos do povo palestino e de violações do direito internacional por parte de Israel; reiterar a exigência do cessar-fogo imediato e não apenas de uma pausa humanitária encarada como uma pausa na carnificina; pôr fim aos bombardeamentos e às ações militares contra a população palestiniana, assegurar o urgente auxílio médico humanitário de forma segura e sem entraves, que responda às necessidades da população da Faixa de Gaza; afirmar a urgente concretização de uma solução política que garanta a paz, só possível com a concretização do direito do povo palestino a um estado soberano e independente com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém oriental e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções da ONU.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos à apreciação destas moções. Intervenções de Rui Belchior e Tomás Santos.”

Rui Belchior do PSD disse: “Não obstante nós gostássemos mais aqui dos assuntos do Município, temos que ter esta geopolítica mundial e fazer comentários ou observações sobre documentos, desta feita, elaborados pelo Bloco de Esquerda, pelo qual começamos e reparamos que o Hamas, essa organização só é aqui referida quando o António Guterres, que parece que agora que passou... talvez isto também seja um pré anúncio da Geringonça II, porque quer a CDU, quer o Bloco, citam agora esse grande filósofo António Guterres. Também queremos registar isso. Mas reparamos e deixando desde logo esta nota prévia, o Partido Social Democrata também é pelo cessar-fogo, pelo fim da guerra e até pela criação de um estado palestiniano independente. Isso não há nenhuma dúvida sobre isso. Agora, não podemos é fazer análises ciclópicas, só com um olho e descontextualizar as situações, porque não há aqui uma referência, eu acho isto inaceitável, ao dia 7 de outubro. Não se fala nisso, parece que não aconteceu nada! Também parece que não houve uma carnificina, um massacre, que foi cruel e desumano. Mas é que também houve. Também houve. Com crianças decapitadas, etc., etc. Depois, relativamente à moção da CDU, bom, esta então é extraordinária, porque quem assistiu nos últimos meses destes últimos anos à recusa constante em aprovar algum voto favorável à... em relação à Ucrânia, pela guerra da Ucrânia, vem hoje aqui, não é e podemos substituir a palavra Palestina pela palavra Ucrânia, é exatamente a mesma coisa! Olhe, fim... há um massacre na Ucrânia, cessar-fogo imediato, Ucrânia independente. O vosso título é Palestina, nós podemos dizer Ucrânia. E, portanto, desculpem lá dizer-vos isto com franqueza, não vejo nada mais cínico do que isto! Porque digam-me qual é a diferença! Qual é a diferença? O povo ucraniano não tem direito a ser independente? Não está a ser ocupado? Não está a ser alvo de massacres e de guerras! Pois é este tipo de coisas que não se consegue entender e eu não consigo aceitar! Nós não conseguimos aceitar isto!”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Tomás Santos do PS disse: “Bom, eu venho aqui apenas intervir numa intervenção muito rápida para dizer que isto... sobre este tema, isto é o pior que nos pode acontecer. Falarmos de dois blocos, falarmos de bons e maus, de quem esteve bem e quem esteve mal. O que está aqui em causa, a meu ver e a nosso ver e as declarações... é importante que se diga isto, as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres não são aquela frase que foi repetida até à exaustão, não! Há um antes e um depois dessa declaração, em que o Secretário-Geral das Nações Unidas faz referência ao ataque do Hamas. Portanto, a forma como o assunto foi tratado é demonstrativo do terreno difícil em que vivemos de grande polarização, em que procura-se sempre encontrar bons de um lado e maus do outro e do outro lado fazer exatamente o contrário. O Partido Socialista não cai nisso. Do... se quisermos pôr... identificar os palestinianos e os israelitas, de um lado há quem não esteja a agir certo e há quem queria agir certo, do outro lado há quem não esteja a agir certo e há quem queira agir certo. No final do dia o que importa verdadeiramente é que há um entendimento internacional de que devem existir dois estados, a política de dois estados que deve ser respeitada e é para isso que nós temos que lutar. E para lutar por isso, sobretudo, temos que saber convergir, não divergir.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Rui Belchior.”

Rui Belchior do PSD disse: “Dito isto e isto é a posição do PS, é a posição da defesa das populações de risco de um lado e do outro, faltou na moção do Bloco de Esquerda citar ou fazer a citação completa do discurso de António Guterres, em concreto quando condena o ataque do Hamas, eu acho que não é possível falar deste... do que está a acontecer e é uma tragédia e, portanto, o nosso sentido de voto irá nesse sentido, o que é importante é parar esta tragédia, mas é importante não nos esquecermos do que é que originou. E nesse sentido eu desafiava o Bloco de Esquerda e a CDU, que aqui apresentaram estas moções, a demarcarem-se do Hamas, porque uma coisa é o que se passa na Palestina e aí convergimos todos, outra coisa é o Hamas e a organização terrorista que é o Hamas. E isso, eu gostava de ver as duas bancadas a demarcarem-se. O Partido Socialista condena o Hamas, condena a organização terrorista que é o Hamas e eu gostava de saber se vocês também o fazem.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra os proponente, Isabel Cruz e Armando Farias.”

Isabel Cruz do BE disse: “Querida só esclarecer que o Bloco de Esquerda já se demarcou do Hamas em todos os locais e publicamente por diversas vezes e, portanto, também esclarecer o Sr. eleito Rui Belchior que, no oitavo parágrafo, há referência na sequência daquilo que foi dito por António Guterres: "aos bárbaros ataques perpetrados pelo Hamas". E, portanto, se calhar... eu não li, peço desculpa, a moção toda, o nosso voto todo, mas isto está aqui escrito e penso que é claro.”

Armando Farias da CDU disse: “Relativamente ao PSD, não justifica perdermos muito tempo com isso, era previsível essa posição. Alguma coisa é que tem razão: os contextos são diferentes e a complexidade é diferente, portanto, equiparar as duas coisas não faz sentido nenhum, não vou perder mais tempo porque, naturalmente, o PSD está na linha daqueles que dizem: "sim, senhor, parar, parar, parar a guerra... estarmos solidários", mas não faz nada para isso. Pelo contrário, carrega mais para que continue a guerra, para armar mais o exército israelita e continuar a guerra. Portanto, não vou perder tempo com isso. Relativamente à questão que foi colocada pelo eleito Samuel Cruz: eu não li alguns parágrafos, tem noção, que o que



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

estava... é extensa. Mas a referência expressa ao António Guterres, eu falo. Eu não sou o Hamas, portanto, eu não referi esse parágrafo, não referi outros, mas está na moção. E, portanto, está esclarecido.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação, em primeiro lugar, o voto de solidariedade do Bloco de Esquerda e depois a moção da CDU.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 85/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Uma (1) abstenção da Independente Soraia Rosário

Aprovada a Tomada de Posição nº 86/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Uma (1) abstenção da Independente Soraia Rosário

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto referentes, aos dois documentos. Tem a palavra, Nuno Capucha.”

Nuno Capucha do CH disse: “No dia 7 de outubro, sábado, em que se celebrava o feriado judaico, Simchat Torá, o Hamas levou a cabo o ataque em larga escala contra Israel. Milhares de rockets foram disparados a partir da Faixa de Gaza contra o território israelita, enquanto centenas de membros deste grupo



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

penetravam Israel, sequestrando e raptando civis e militares e ceifando vidas barbaramente. O Hamas é um grupo terrorista. Este ataque foi filmado pelos próprios terroristas com câmaras no seu corpo, para provocar o terror. O Hamas recusa-se a reconhecer a existência do Estado de Israel, o único Estado democrático da região e nutre ódio contra a existência de um Estado Judaico e contra os próprios judeus, tal como os mais radicais nazis do Terceiro Reich mataram judeus, porque eram judeus e apelaram ao assassinato de judeus, onde quer que eles se encontrem. É um novo Holocausto, uma nova *shoah*. O Chega condena veementemente este ataque. A barbárie e a desumanidade nada fazem pelas aspirações dos palestinianos, que procuram uma solução para o conflito. Pelo contrário, geram vítimas inocentes da população e vêm contribuir diretamente para o agravamento e aprofundamento da tensão existente no Médio Oriente, o que também constituiu um dos objetivos do Hamas. O Chega manifesta o seu pesar e a sua solidariedade para com o povo israelita, reafirmando o reconhecimento do direito de o Estado de Israel defender-se contra atos de terrorismo no quadro do Direito Internacional. O Chega apela ao fim das hostilidades e à libertação de todos os reféns e sequestrados, com vista ao restabelecimento do diálogo e à construção da estabilidade na região, através da garantia da coexistência pacífica de dois Estados.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O voto de solidariedade do Bloco de Esquerda propunha e a Assembleia aprovou um minuto de silêncio e vamos proceder a esse minuto de silêncio. Obrigado. Passamos para o documento seguinte, do Chega: moção “Celebrar o 25 de Novembro”. É subscrita por Nuno Capucha. Tem a palavra.”

II.5. O Grupo Municipal do CH apresentou uma Moção: “Celebrar o 25 de novembro”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 5).

Nuno Capucha do CH disse: “Bom, a moção já foi distribuída e, portanto, não me vou alongar muito. Fazendo aqui um pouco de memória, o 25 de Novembro tem sido discutido, ou foi discutido várias vezes nesta Assembleia e creio que é importante serenar os ânimos e aproveitar o próximo ano, o ano de 2024, em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril de 74, para refletirmos e fazermos jus às duas datas. Assim, propomos que seja realizada uma cerimónia oficial da Assembleia Municipal comemorativa no 25 de Novembro, no próximo ano, em 2024, integrada nas comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção de Armando Farias, Tomás Santos e Samuel Cruz.”

Armando Farias da CDU disse: “Esta moção do Chega vem no seguimento daquilo que o PSD, através do Presidente da Câmara de Lisboa, já tinha apresentado na Câmara de Lisboa para também fazer as comemorações do 25 de Abril. Advém com essa proposta no quadro, em que estão a comemorar os 50 anos da Revolução de Abril, naturalmente, com o objetivo: é, por um lado, memorizar a dimensão e o significado da Revolução de Abril, portanto, tirar impacto às comemorações da Revolução de Abril; e, por outro lado, também continuar a fazer a narrativa daqueles que são contra o 25 de Abril - embora digam que estão de acordo, mas são contra o 25 de Abril - e, portanto, vem nessa linha, portanto, nada de novo. Digamos que há aqui uma conjugação do Chega e com o PSD sobre essa matéria. No caso de Lisboa, a Câmara de Lisboa, a esmagadora maioria das posições políticas rejeitaram, por perceber o que estava aqui em jogo.



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Esperamos que também aqui na Assembleia Municipal do Seixal haja respeito pela população trabalhadora do Seixal e não embarcar nestas tentativas reacionárias, que é isso que se trata, contra o 25 de Abril.”

Tomás Santos do PS disse: “Bom, já percebi que isto hoje está a levar um caminho nem sempre fácil. Radicalização de posições. Eu devo dizer que incomoda um bocadinho a apropriação que a direita procura fazer desta data. Porque vamos lá ver, se formos por aí, quer dizer, quem é que são os verdadeiros heróis do 25 de Novembro? São Ramalho Eanes, o grupo dos 9 e o Ernesto Melo Antunes e, até de certa maneira - permitam-me um bocadinho este abuso -, Mário Soares e o Partido Socialista. Ora, nós, em primeiro lugar, nunca nos quisemos apropriar nem desta data, nem de nenhuma, porque elas são datas da liberdade e, portanto, devem ser celebradas por todos com total liberdade. Agora, sempre achámos que há uma data que é uma data que unifica o povo português, que é o 25 de Abril e, portanto, não gera esta discussão que está aqui a gerar. E essa é que é a data que nós devemos verdadeiramente celebrar. Nós não temos nada contra o 25 de Novembro, não temos nada contra que se assinale o 25 de Novembro, mas concordamos quando o PCP aqui diz que isto vem no seguimento da tentativa da direita, nomeadamente através do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de querer fazer um brilharete e fazer desta uma data sua, quando, verdadeiramente e historicamente, não o é. E, portanto, se calhar, tentar menos polarizar as opiniões e convergirmos mais naquilo pelo qual todos somos capazes de nos identificar, se calhar, é um melhor serviço à República e à Democracia.”

Samuel Cruz do PS disse: “O Tomás Santos já colocou a questão, ela deve ser colocada: todo o património do 25 de Abril, até à aprovação da primeira Constituição da República Portuguesa, que é aquilo que decidimos no Concelho do Seixal comemorar, há todo um processo e todo o processo deve ser enaltecido, porque é um processo que nos conduziu a todos aqueles valores, os valores do nosso Estado, os valores da liberdade, da solidariedade, do Estado de... o capitalismo em que vivemos também... e, portanto, há agora que contextualizar no Concelho do Seixal. O Partido Socialista, como já muito bem disse o Tomás, não se revê na apropriação que a direita tenta fazer desta data, porque haver alguém que, de facto, é responsável, são as pessoas próximas do Partido Socialista e, fundamentalmente, o povo português, que não quis enveredar por uma ditadura de sinal contrário. Mas o sentido de voto - e é isso que eu aqui venho fazer, justificar o Partido Socialista - nesta Assembleia é contra o efeito contrário também, que é o efeito do esquecimento, é o efeito do branqueamento. O Partido Socialista não defende uma moção, como disse aqui alguém... na Assembleia Municipal, uma moção, enfim, alguma comemoração oficial, isso não. Isso não, porque isso é tentar equiparar o 25 de Novembro ao 25 de Abril. E não são coisas iguais. Mas também o Partido Socialista não se revê naquilo que a Câmara do Seixal de certeza vai fazer, que é apagar o 25 de Novembro, fingir que o 25 de Novembro nunca... nem a fingir! Para a Câmara Municipal do Seixal e para o Partido Comunista, é uma data maldita! Porque aquilo foi no dia em que não vos deixaram fazer aquilo que vocês queriam fazer, que era uma ditadura de esquerda neste país. E isso, nós também não nos revemos. E, portanto, não subscrevendo a parte das comemorações oficiais, vamos votar a favor da moção, porque o 25 de Novembro também faz parte de todo o processo que aconteceu. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “É apenas para rejeitar esta última parte do eleito Samuel Cruz. Naturalmente que agora não temos tempo para discutir, isso, levar-nos-ia muito tempo. Mas espero que o



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

PS não acompanhe a narrativa da direita e da extrema-direita. Portanto, penso que devem ter cuidado com isso.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente, Nuno Capucha.”

Nuno Capucha do CH disse: “Bom, em primeiro lugar, quero dizer ao Armando Farias, quero agradecer a forma como foi adjetivado, foi nostálgico. Senti-me na minha infância, nos anos 70, no PREC. Meus amigos, a discussão ronda mais ou menos sempre os mesmos argumentos e, portanto, eu fui também consultar o que as nossas atas dizem sobre o assunto e vou-me repetir no essencial: a liberdade não divide ninguém. A liberdade não tem donos, a liberdade não tem tutores. Se aqui estamos em liberdade, devemos isso ao 25 de Abril e também ao 25 de Novembro. Em Portugal e em particular no Seixal, nós temos, por vezes, uma espécie de feitiço do tempo. Esse feitiço do tempo faz com que falemos só de 25 de Abril. E repete-se e é só o 25 de Abril. Parecemos um personagem de um filme muito conhecido, que é condenado todos os dias a repetir o mesmo dia. Nós, no Chega, queremos avançar, queremos avançar no tempo. Para nós, as duas datas merecem uma comemoração oficial: uma rompeu com o Estado Novo, a outra impediu que se formasse outra ditadura.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Rejeitada a Tomada de Posição nº 87/XIII/2023 por maioria e em minuta com:

Dezasseis (16) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Três (3) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto de Rui Belchior e Armando Farias.”

Rui Belchior do PSD disse: “Sr. Presidente. Relativamente a esta moção, começamos logo por deixar claro: o Partido Social Democrata considera que celebrar o 25 de Novembro é celebrar a normalização democrática no país, naquele país de então. Portanto, é só para ponto prévio. E estar a ouvir hoje, em 2023, elementos do PCP falarem em reação, com aquela... com a contraposição do "você são reacionários, nós, revolucionários", falar em reacionários e em reação, é verdadeiramente extraordinário. Eu relembro que nós, Partido Social Democrata, nestes últimos 50 anos, estivemos vários anos no Governo sem que isso nunca tivesse constituído qualquer ameaça ao regime democrático, creio eu e hoje estamos todos



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

convencidos disso. Acho que ninguém tem dúvidas disso. Depois, um comentário, uma observação a esta posição do Partido Socialista, que agora está preocupado com uma suposta apropriação da direita em relação à data do 25 de Novembro, mas nunca vi esse ênfase, esse sublinhar em relação à apropriação desde sempre e falo exatamente aqui neste Concelho, desde sempre pela esquerda do 25 de Abril. Agora, com o passar dos anos, houve uma certa normalização, mas, durante muitos anos, lá está, eram os reacionários que nem podiam abrir a boca. E ainda há muito pouco tempo, nem a pedido do Vítor Cavalinhos do Bloco de Esquerda foi consentido às outras forças da oposição fazer uma declaração no quadro das celebrações do 25 de Abril, aqui há 2 anos ou 3 anos, neste Concelho, o tal Concelho de Abril e pelo qual há Abril em todas as esquinas. E, portanto, era isso que nós queríamos deixar claro e, evidentemente, que votámos a favor desta moção.”

Armando Farias da CDU disse: “Nós apresentaremos, nos termos regimentais, uma declaração de voto. Por agora, direi apenas que, depois da Revolução dos Cravos, iniciou-se, em 1976, uma recuperação capitalista. E a situação que se verificou até agora, vai fazer 48 anos após esse início... o que se passou até agora, foi isto: com o 25 de Abril, melhorou-se muito a vida das pessoas, imenso a vida das pessoas. Falta memória para saber como é que as famílias viviam, nomeadamente nestes Concelhos. Viviam com muitas dificuldades. Algumas famílias viviam mesmo no limite da sua subsistência. O 25 de Abril foi, para essas populações, uma coisa fantástica, melhoria de qualidade de vida. E o que se passou até agora foi exatamente o contrário. E o que chateia a direita e a extrema-direita é que, apesar de tudo isso, com a luta das populações, com a luta dos trabalhadores, ainda não conseguiram os seus objetivos, que é voltar ao antigamente. E isso é que lhes dói. Mas nós continuamos a lutar pela melhoria da vida das populações e era bom que vocês arrepiassem caminho.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra, Rui Belchior, Nuno Capucha e Samuel Cruz.”

Rui Belchior do PSD disse: “Enfim, eu recomendava alguma serenidade, alguma calma, quando se fazem determinados... é o próprio. O eleito Armando Farias está sempre a invocar que as pessoas têm que ter alguma cautela nas afirmações que fazem. Você acabou aqui, não há outra forma de dizer isto, de chamar-nos "fascistas", que foi o que você nos chamou. Mas pode chamar à vontade. Nós estamos perfeitamente... digamos, estamos perfeitamente conscientes daquilo que nós somos e daquilo que temos sido. Portanto, essa conversa dirigida a nós, quer dizer, além de ser uma injustiça, é uma calúnia e uma difamação. Portanto, eu recomendava que você tivesse algum cuidado. Isto, naturalmente, não é nenhuma observação, no sentido de que já toda a gente sabe o que é que eu penso sobre isso. Dizer que vou para ali ou para acolá a apelar a este ou àquele não, não é nada disso. Mas, quer dizer, essa afirmação, acho que o caso não é para estar desesperado, ao ponto de fazer uma afirmação dessas. Nós sabemos, e é preciso dizer isto com toda a franqueza e frontalidade. Nós já sabemos que os senhores acham isso: que o PSD e que o Chega então... dizem-no mesmo claramente, mas que o PSD também são um bando de fascistas. Mas nós não somos um bando de fascistas, somos um partido, pelo menos, no meu entender, de centro-direita, mas não somos extrema-direita. Somos o Partido Social Democrata. E digo-lhe mais: nós, este país, se tem alguma coisa hoje, no pós 25 de Abril, pode muito agradecer aos Governos do Partido Social Democrata! Não aos outros - não aos outros! - que têm deixado sucessivamente o país em más condições, como agora se vai ver novamente.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Nuno Capucha do CH disse: “Bom, isto é constrangedor. Eu tenho sempre repetidamente de, ao longo dos meses, recordar o Armando Farias, que: quem é que está aqui, quem defende quem é extremo, quem defende regimes totalitários são os membros do Partido Comunista Português, são os herdeiros morais dos partidos comunistas, que deixaram um rasto de destruição, sangue, pobreza, de sofrimento, de humilhação pela Europa e pelo mundo. Daqui a pouco espero ter oportunidade de apresentar a moção que celebra a queda do Muro de Berlim. São vocês. Como eu digo e repito, é das vossas mãos que escorre sangue, não é certamente do Chega, que é um partido democrático e conservador.”

Samuel Cruz do PS disse: “Em relação ao voto do Partido Socialista prende-se com o seguinte facto e para justificar o nosso voto, porque há uma lei universal, eu diria, que "atitude gera atitude". E no Concelho do Seixal, 25 de Novembro é o Dia da Liberdade. É o dia em que não deixámos os comunistas fazer aquilo que ainda fazem no Concelho do Seixal. Eu tenho aqui o boletim municipal do Seixal. O boletim municipal do Seixal fala da Assembleia Municipal do Seixal, que é este sítio que aqui está. Todos vocês são membros. Cita 5 ou 6 vezes o Presidente da Câmara. Não fala de nenhum de vocês, não fala de nenhum de nós. Isto é inconcebível. Mas como o Sr. Presidente da Câmara gosta muito de Almada, eu tenho aqui o boletim municipal de Almada e que tem um suplemento dedicado aos partidos e, em cada um, escreve o que quer: isto é democracia, isto é ditadura, Sr. Presidente, envergonhe-se.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há mais nenhuma declaração de voto, passamos para o documento seguinte, que é uma moção do PAN “Pela Implementação do Programa de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) nos equipamentos desportivos municipais”. Tem a palavra, Ana Silva.”

II.6. O Grupo Municipal do PAN apresentou uma Moção: “Pela Implementação de Programa de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) nos equipamentos desportivos municipais”, subscrita por Ana Braz da Silva.

(Documento anexo à ata com o número 6).

Ana Braz da Silva do PAN disse: “A doença cardiovascular lidera as causas de morbilidade e mortalidade e provoca a maioria das mortes evitáveis que ocorre fora dos hospitais. A morte súbita de causa cardíaca corresponde a 20% de todas as mortes, com uma incidência de cerca de um para mil habitantes por ano. A fibrilação ventricular é o mecanismo mais frequente da paragem cardiorrespiratória de origem cardíaca e o seu único tratamento eficaz é a desfibrilhação automática e elétrica. Nos casos de fibrilação ventricular, a probabilidade de sobrevivência é tanto maior quanto menor o tempo decorrido entre a fibrilação e a desfibrilhação. E cada minuto conta. E em metade dos casos de paragem cardiorrespiratória, as vítimas não chegam com vida aos hospitais, sendo muitas vezes a morte súbita a primeira manifestação de doença cardiovascular. Numa situação de paragem cardiorrespiratória, ao fim de 12 minutos, a taxa de sobrevivência é de apenas 2,5%. Deste modo, no caso de o coração parar, é essencial uma intervenção rápida e eficaz no local até que chegue ajuda diferenciada. A utilização dos DAE por pessoal não-médico aumenta significativamente a probabilidade de sobrevivência das vítimas. A existência de uma cadeia de sobrevivência eficiente, que consiste na implementação do chamado suporte básico de vida, massagem cardíaca externa e apoio ventilatório permite tornar o DAE um meio eficaz para a melhoria da sobrevivência após a paragem cardiorrespiratória de origem cardíaca. A morte súbita de desportistas é um acontecimento raro. No entanto, devido à alta exigência física, aumento excessivo da frequência cardíaca e da ventilação



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

pulmonar, à desidratação, às alterações eletrolíticas, ao elevado consumo energético e aos triggers de doença preexistente desconhecida, os atletas estão mais predispostos a sofrer de morte súbita cardíaca. Nestes casos, é fundamental a aplicação imediata da cadeia de sobrevivência, o acesso precoce ao sistema integrado de emergência médica, contactar 112, o início precoce do suporte básico de vida, a desfibrilhação precoce e o suporte avançado de vida precoce. O objetivo principal da implementação dos programas DAE é garantir o reforço da cadeia de sobrevivência, com vista a garantir a máxima probabilidade de sobrevivência a uma vítima de paragem cardiorrespiratória. Assim, vem o PAN propor que a Assembleia Municipal do Seixal, na sua sessão extraordinária de 14 de novembro de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Seixal a adoção de um programa de DAE em todos os equipamentos desportivos municipais.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Sobre esta moção, têm a palavra Fernando Sousa e, em seguida, Armando Farias.”

Fernando Sousa da CDU disse: “Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Normalmente julgo que sim, que isso acontece nas atividades desportivas, nos equipamentos municipais, quando há atividades desportivas está presente uma equipa de socorros, neste caso ou dos bombeiros ou da Cruz Vermelha para acompanhar e são esses técnicos que têm aptidão para trabalhar com os desfibriladores, portanto, não é qualquer pessoa que pega num desfibrilhador e trabalha com ele. Eu vejo que está alguém a abanar a cabeça, mas eu só quero dizer, portanto, que, eu sou voluntário da Cruz Vermelha há muitos anos e tenho o curso de, portanto, salvador de ambulância e éramos nós, só aqueles ditados e que tinham acesso a um monitor desfibrilhador. Portanto, não é qualquer pessoa que pega num aparelho destes e que trabalha com ele. Portanto, era uma questão de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se de facto a Câmara mantém este acompanhamento nos recintos desportivos.”

Armando Farias da CDU disse: “Bom, é muito breve porque temos pouco tempo e temos uma moção, mas é para dizer que eu assisti à morte de dois amigos meus atletas e na sequência disso, com um americano basquetebol owarensense, em 2009, eu participei na petição para... que foi subscrita na altura, foi posta à subscrição para instalar desfibriladores nos recintos desportivos e equipamentos públicos. De lá para cá fez-se alguma coisa, mas não se fez tudo. Eu penso que a Câmara está a desenvolver um programa nesse sentido, tanto quanto eu sei, apenas os recintos desportivos com mais de 5000 trabalhadores é que a lei agora obriga, mas é necessário ir mais longe e, portanto, entendemos isso como um reforço dessa preocupação e votaremos a favor da moção.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Não há mais inscrições, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, a Câmara Municipal do Seixal já há algum tempo que está a executar um programa de aquisição dos desfibriladores, dos DAE, para os nossos equipamentos. Atualmente já comprámos nove e estão dois instalados nos serviços centrais da Câmara Municipal do Seixal, portanto, aqui neste edifício está um, nos serviços operacionais da Câmara Municipal do Seixal, está um que está sempre na viatura de proteção civil e depois a piscina municipal da Amora, a piscina municipal da Aldeia de Paio Pires, a piscina municipal de Corroios também, cada uma delas têm desfibrilhador, a Loja do Cidadão tem outro e está um de momento em fase de certificação no INEM, a ser alocado à Biblioteca Municipal. Estamos a desenvolver procedimentos para aquisição de DAE, dizer, ainda nesta política,



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

recentemente aprovámos apoio à Cruz Vermelha para aquisição de dois DAE. As ambulâncias dos nossos bombeiros, quase todas elas também estão equipadas com desfibriladores, mas ainda estamos a ir mais longe e estamos a desenvolver procedimentos para a aquisição de DAE para a pista Carla Sacramento, o pavilhão municipal da Torre da Marinha, o pavilhão municipal do Alto do Moinho, o pavilhão da Manuel Cargaleiro, o pavilhão da Alfredo dos Reis Silveira, o pavilhão da António Augusto Louro, o pavilhão da Pedro Eanes Lobato, o estádio municipal do Bravo e o Fórum Cultural do Seixal. Portanto, são também equipamentos que estamos a adquirir. Portanto, onde é instalado um DAE há a formação de seis pessoas para manusearem os DAE, estando elas devidamente identificadas com cartões individuais de operacionais de DAE. Portanto, é um processo que estamos a fazer, é um programa que estamos a fazer, mas consideramos que no que toca à saúde todas as recomendações são importantes e estamos sempre abertos a todas as recomendações.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar a votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 88/XIII/2023 por unanimidade e em minuta:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Como não há pedidos de declaração de voto, passamos para o momento seguinte que é uma apresentação de declaração política pelo independente Henrique Rodrigues, que tem a palavra.”

II.7. O Independente Henrique Rodrigues apresentou uma Declaração Política.

(Documento anexo à ata com o número 7).

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Portanto, a minha intervenção insere-se nas comemorações de 17 de outubro passado, do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza. Nesta Assembleia já foram apresentadas várias propostas em prol das liberdades individuais e das opções pessoais, da vontade coletivamente estruturada em defesa da diferença e da dignidade humana, das comunidades, dos jovens, dos idosos, enfim, focando-se os mais diversos direitos, liberdades e garantias. Penso que é hoje a vez de apontarmos as luzes a um dever e um dever partilhado, pois só quem não defende a dignidade humana poderá contrariar ou obstar, falamos do dever de lutar pela defesa dos mais vulneráveis entre os vulneráveis e entre eles os que residem no nosso Concelho. Falamos daqueles que passam diariamente por carências



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

diversas a nível económico-financeiro, mas também habitacional, afetivo-moral, educacional, alimentar e higienizo-sanitário, entre outras necessidades básicas que o respaldo constitucional parece não evitar, vivendo assolados pela inconstância de políticas centrais e além disso, reféns da máquina excessivamente burocratizada do Estado no acesso e exercício aos seus direitos e cumprimento dos seus deveres na era digital. Erradicar a pobreza, incluindo-se aqui a pobreza envergonhada dos que, ainda que exercendo uma profissão, não têm como fazer face às despesas mensais, combinando a via assistencial aos mais desfavorecidos, aumentos salariais, a igualdade de oportunidades, a disponibilização das ferramentas necessárias para que cada um possa sair do buraco da pobreza ou impedir que nele se afunde, somando-se a responsabilização pelas escolhas individuais e comunitárias no segmento de uma sociedade tendencialmente mais construtiva e justa, não deveria, ponho aqui a questão, ser o escopo, a via assumida, cimentando pactos políticos em redor de um objetivo tão primário e, ainda assim, base de todos os outros numa sociedade civilizada, evoluída, sem contrastes de maior, alicerçada na colaboração, na ordem, na empatia e não no antagonismo e no isolamento que a luta pela sobrevivência das sociedades liberais e ultraliberais favorece, é essa a questão. Sem alicerce firmes, como se construirá a casa comum no Portugal contemporâneo, o nosso futuro coletivo? Para terminar, visto que creio que não tenho muito mais tempo, se os chamados pobres vivem em ilhas isoladas no interior das suas respetivas comunidades, tratando-se evidentemente de uma exclusão forçada, também não é menos verdade ao que assistimos atualmente, que na outra ponta do espectro a auto-exclusão a exclusão como opção de uma classe de privilegiados, tende não só a manter-se como a projetar-se para níveis nunca vistos. Falamos evidentemente do nicho social que prefere viver apartado em ilhas de segurança, vulgo condomínios privados, a que a nosso ver é mais um sintoma e um alerta a somar-se a tantos outros que operam no sentido de manchar a desejável coesão social no nosso país.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado Henrique Rodrigues, com a tolerância de tempo que naturalmente iremos também ter em conta nos outros grupos municipais. Passamos para o documento seguinte, que é da CDU, moção - “Aumentar salários e pensões, melhorar a vida, dinamizar a economia, travar o processo recessivo”. É subscrita pelo Manuel Guerreiro que tem a palavra.”

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Retira-se.”

O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção: “Aumentar salários e pensões, melhorar a vida, dinamizar a economia, travar o processo recessivo”, subscrita por Manuel Guerreiro.

Retirada pelo Proponente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A CDU retira o documento. Passamos para o documento seguinte, que é do Bloco de Esquerda, “Voto de Saudação ao dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres - 25 de Novembro”, é subscrita por Joana Ideias, que tem a palavra.”

II.8. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Saudação: “Voto de Saudação ao dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres – 25 de novembro”, subscrita por Joana Ideias.

(Documento anexo à ata com o número 8).

Joana Ideias do BE disse: “O 25 de Novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Em Portugal tem sido assinalado como um dia de alerta e



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

de luta pelos direitos das mulheres, sendo imperativo refletirmos sobre os desafios enfrentados pelas mulheres nos diferentes contextos e comunidades, reconhecendo que a violência não reconhece fronteiras, classes sociais ou culturais, ela persiste como uma ameaça global, afetando milhões de vidas todos os dias. Temos que renovar o nosso compromisso com a efetivação dos direitos humanos das mulheres, da justiça social e do respeito mútuo, devemos trabalhar para criar sociedades onde as mulheres se sintam seguras na sua comunidade, no espaço público, no seu lar e no seu local de trabalho. Exigimos a implementação e fortalecimento das leis que protegem as vítimas, bem como a promoção da educação e da consciencialização das leis que protegem a consciencialização para desafiar os estereótipos de género e as relações desiguais de poder que perpetue a violência contra as mulheres. Em Portugal ano após ano os números de violência contra as mulheres de violência doméstica tem vindo a aumentar, este ano, no ano 2022, o relatório anual de Segurança Interna representa um aumento de 3968 casos, mais 15% em que 72,4% das vítimas são mulheres. É mencionar o facto que a violência contra as mulheres pode manifestar-se de várias formas em diferentes contextos da vida quotidiana. Assistindo-se ao incumprimento do princípio da igualdade social, ou seja, a existência de discrepância salarial entre homens e mulheres. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal reuniu-se nesta sessão extraordinária no dia 14 de Novembro, por proposta das eleitas do Bloco de Esquerda, saúda a iniciativa da marcha pelo fim da violência contra as mulheres e também saúda o trabalho diário de associações, de organizações não governamentais e serviços do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência e se esforçam para a consciencialização da sociedade para a necessidade de pôr fim à violência contra as mulheres.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O Bloco de Esquerda terminou também a intervenção com a tolerância de tempo que já tinha sido dada. Intervenção de Fátima Carvalho sobre este voto.”

Fátima Carvalho do PS disse: “Tomando como nota esta moção que, obviamente, acompanhamos, gostaríamos de saber como é que está se está para pronto e quando é que nos será apresentado o quarto plano municipal para a igualdade e oportunidades no Seixal há muito prometido e que até já serve de justificação em alguns documentos que saem da Câmara, mas que de todo desconhecemos. Esta é uma das medidas, é uma das participações do Município nesta luta que todos queremos pela igualdade e pela não-violência.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre a questão colocada, que não tem diretamente a ver com a moção ou a saudação, mas de qualquer modo nós estamos aqui para prestar esclarecimentos e dava a palavra à Sra. Vereadora Liliana Cunha.”

A Vereadora Liliana Cunha disse: “Efetivamente, a moção que nos traz aqui hoje do Bloco de Esquerda vai de encontro àquilo que são as premissas e os problemas tratados no âmbito daquilo que são as preocupações no quadro do trabalho do Município do Seixal e constitui efetivamente a formulação de medidas que temos vindo a adotar a por força daquilo que é considerado apropriado como a defesa da dignidade humana que combate a violência doméstica entre todas as suas dimensões, promovendo assim os direitos humanos e uma cultura de não violência. A Câmara Municipal, para o efeito, para além daquilo que está a ser colocado nesta moção quer dar a nota de que efetivamente também tem programado para a celebração deste importante dia ações previstas para agora para o ano 2023 para assinalar o dia 25 de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

novembro e para o feito passo a explicar que iremos assinalar então o Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, realizando no dia 20 uma ação de sensibilização direcionada aos alunos do ensino secundário da Escola Secundária de Amora, que contará não só com a intervenção da Câmara Municipal do Seixal bem como dos membros da estrutura de apoio à vítima, PSP, agrupamentos dos centros de saúde de Almada, Seixal, CPCJ, divisão policial do Seixal, a associação Criar-t e a ação de sensibilização que integra um conjunto de ações que serão continuadas no âmbito de 2024 estendendo-se também a todas as outras escolas do Concelho. No dia 25 de Novembro, dia que celebramos então e instituímos então aqui o Dia Internacional de eliminação da violência contra as mulheres, a Câmara Municipal de Seixal realizará no âmbito da sensibilização aos seus munícipes a divulgação nas redes sociais de conteúdo informativo sobre a problemática existente. Para além ainda destas ações, no dia 27 de novembro, iremos realizar uma reunião de trabalho da rede municipal contra a violência doméstica e de género no órgão constituído, septuagésima primeira reunião plenária ordinária do conselho local de ação social do Seixal, que após uma paragem forçada no âmbito do Covid está a ser dada a sua continuidade para que seja feita a intervenção necessária em parceria com as entidades e instituições e para que possamos efetivamente ter um trabalho intersectorial e multidisciplinar para dar resposta efetiva às vítimas de violência doméstica e aprofundar a intervenção social no Concelho. No que diz respeito à questão colocada pela eleita Fátima Aidil e porque efetivamente é uma questão que ela já vem colocando algum tempo e o que eu tenho vindo a explicar relativamente ao quarto plano, estamos a falar de um plano que a eleita Fátima Aidil vem constantemente a perguntar sobre o plano em si e eu já tinha explicado que a Câmara Municipal candidatou-se, fez uma candidatura no âmbito do PT 2020 para efetuar o plano no âmbito do diagnóstico de género, a própria elaboração do quarto plano e uma avaliação sobre este plano. O término para beneficiar deste financiamento que terminou no passado dia 30 de outubro, a candidatura, como eu tinha dito já anteriormente, está a ser elaborada, não está concluída e isto não quer dizer que o plano não será elaborado. Nós tivemos um projeto de adjudicação que foi até aprovado em reunião de Câmara para a Logframe, que era a entidade que iria fazer o trabalho relativamente ao levantamento do diagnóstico de género e a elaboração do plano conjuntamente com a Câmara Municipal do Seixal, que assumiu que estavam com problemas para avançar com este processo, sendo que estamos também a avançar com a mesma matéria à então empresa Índice que fará fora já do processo de candidatura, até porque aí a candidatura exigia que a elaboração do diagnóstico de género e a elaboração do quarto plano tivesse de ser feita ao abrigo da consulta a uma empresa mas a sua avaliação podia ser por motivos de conveniência feita por uma empresa distinta. Neste processo e sendo que já não será ao abrigo da candidatura e será a cargo da Câmara Municipal do Seixal, faremos este trabalho conjuntamente com a empresa Índice que irá assumir estes três itens que já referi, nomeadamente a avaliação final do plano e quero ainda dar nota que tudo o que tem a ver com as questões da igualdade de género, a Câmara Municipal tem elaborado sempre com os seus parceiros, com a rede social, não só as iniciativas e sessões de esclarecimento de trabalho da rede social como as parcerias da infância, da deficiência, dos idosos e da intervenção comunitária e estas ações estão a ser realizadas. Pelo facto também de termos o PNI e o PNPIC e plano desenvolvimento social a funcionar cruza-se com todas estas questões de igualdade de género pois elas são igualmente transversais nas matérias que agarramos e trabalhamos em sede da autarquia com a nossa rede de parceiros. Acresce ainda e porque têm conhecimento de facto, que está neste momento em curso a candidatura Radar Social que vai rever e avaliar todos estes instrumentos sociais que nós temos em sede da Câmara Municipal, por



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

isso o plano municipal, o quarto Comigo, que a Fátima Aidil constantemente coloca, está dito que está a ser acompanhado por problemas que nos são externos, nomeadamente na prossecução por via da empresa que tinha sido essa a que tinha sido adjudicado o serviço, não deu sequência e nós estamos a trabalhar internamente a fazer esse trabalho que vai ser continuado pela empresa que já referi que é a Índice. Nesse sentido parece-me que está tudo acautelado até porque o radar social vai aqui acautelar não só o Comigo mas vai também acautelar todos os instrumentos que trabalhamos na área da intervenção social no Concelho do Seixal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação”.

Aprovada a Tomada de Posição nº 89/XIII/2022 por Maioria e em minuta:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do Grupo Municipal do CH.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declaração de voto de Nuno Capucha e, em seguida, Duarte Correia.”

Nuno Capucha do CH disse: “Nós abstivemo-nos nesta moção por vários motivos, posso apontar alguns, obviamente a violência contra as mulheres é uma questão preocupante e deve estar sempre na mente, nas preocupações da sociedade mas tratando-se do Bloco de Esquerda temos que começar a fazer a pergunta necessária: falamos nas femininas ou mulheres masculinas? Depois vocês referem que as mulheres se sintam seguras na sua comunidade. Bom, é difícil alcançar esse objetivo porque graças à ação de partidos como o Bloco as mulheres têm entrado em concursos... aliás, os homens que se sentiam como mulheres têm entrado em concursos de beleza, no desporto, etc., portanto, isto é contraditório. E, claro, temos sempre a referência aos estereótipos de género ou podemos ver do outro lado, à natural divisão dos papéis entre homens e mulheres e, claro, aquela belíssima expressão marxista, as relações desiguais de poder. Contudo, não quero vir aqui a este púlpito tecer apenas comentários negativos, caso contrário teríamos votado contra, há um caminho que eu acho que nestas questões merece a pena ser seguido e vocês abordaram-no, a questão do respeito mútuo, a questão da solidariedade entre os sexos, a questão de vivermos isto hoje no século XXI, a importância por esse caminho e não colocar homens contra mulheres sistematicamente como forma de ganhar votos.”

Duarte Correia do PSD disse: “O Partido Social Democrata saúda a criação deste dia da eliminação da violência contra as mulheres. Que bonito é em Portugal podermos comemorar este dia, triste é nos países



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

árabes não poderem comemorar porque as mulheres são consideradas um pouco acima do lixo. Eu lembro que no Afeganistão, por exemplo, desde há 3/4 anos, as mulheres deixaram de poder sequer ir à escola, não podem ter Internet... não é só no Afeganistão, no Irão, no Iraque, na Arábia Saudita, muitas delas não podem conduzir. E que pena é que nestes países não possa ser comemorado este dia.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do Chega, voto de saudação “Celebrar a queda do Muro de Berlim”. Tem a palavra Nuno Capucha.”

II.9. O Grupo Municipal do CH apresentou uma Moção: “Celebrar a queda do muro de Berlim”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 9).

Nuno Capucha do CH disse: “Eu vou pegar em algo que o Duarte disse que é importante e recentemente, há poucos dias mesmo, que o índice de suicídio entre as mulheres no Afeganistão subiu, escalou, o que é compreensível, porquê? Porque desta vez o slogan corresponde à realidade, a liberdade é a maior força, é o maior desejo, acrescento eu, de qualquer ser humano. liberdade, para se ser quem é, é a liberdade para tomar as decisões relativamente à sua vida familiar, à sua vida económica, para procurar prosperidade, para prestar culto ao Deus... ao Deus que quiser, liberdade para dizer aquilo que quiser dentro dos limites da legalidade racional. Assim, nós aqui falamos, gostamos muito de falar de liberdade aqui no Seixal, falámos já aqui das questões do 25 de Abril e do 25 de Novembro e chegará o momento em que o 25 de Novembro será também alvo de uma cerimónia oficial, podem estar certos. E não podemos deixar passar a ocasião de celebrar este acontecimento que marcou a vida de muitos de nós aqui, é um dos acontecimentos que vivemos, ainda que à distância, aqui há uns anos por piada perguntava-se “onde estavas tu no 25 de Abril?”, sem querer fazer humor podemos perguntar a mesma coisa, onde estavas tu quando o muro caiu. Assim, propomos saudar o 34º aniversário da queda do Muro de Berlim fazendo um minuto de silêncio em memória de todos os que morreram ao tentarem escapar de Berlim Oriental e, acrescento eu, que foram muitos milhares que ou morreram na tentativa de escapar pelo lado ocidental ou caíram nas mãos da polícia política que foi igualmente uma sentença de morte.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções de Armando Farias e Rui Belchior.”

Armando Farias da CDU disse: “A vida tem destas coisas, de vez em quando o eleito Capucha sai da caverna e vem aqui fazer discursos que fez anteriormente, incluindo discursos misóginos e, portanto, está-nos sempre a surpreender. Naturalmente terá as suas preferências, preferirá o muro da Cisjordânia, preferirá o muro dos Estados Unidos com o México... não sei se sabem mas os acontecimentos que deram lugar à queda do Muro de Berlim, de lá para cá, na altura, havia onze muros no mundo, agora são mais de 70 muros. Não sei se sabem disso. Portanto, a evolução é esta. Naturalmente o Sr. eleito Capucha tem as suas preferências e, portanto, convive bem com isso, mas para além destes muros em cimento há também o muro do Mediterrâneo, que são milhares e milhares que morrem no Mediterrâneo. E, portanto, há que ter cuidado quando se faz referências, o eleito Capucha faz aos povos do outro lado do Mediterrâneo. Nós votamos contra, naturalmente.”

Rui Belchior do PSD disse: “Nós também subscrevemos esta moção, aliás, aquando do 30º aniversário nós próprios apresentámos uma moção e é uma questão muito simples, nós hoje aqui estamos a discutir o Muro de Berlim que em nosso entendimento significa ou simboliza o fim da Cortina de Ferro e do



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

comunismo na Europa, exceto aqui no Seixal, enfim, isso não sucedeu ainda e por isso nós subscrevemos na íntegra esta moção.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Um comentário para o eleito Rui Belchior, é que no Seixal, o muro de que fala, chama-se voto popular. Tem a palavra o proponente.”

Nuno Capucha do CH disse: “Bom, de masmorras creio que o Armando Farias deve perceber muito de masmorras e cavernas, é ele que está habituado a conviver com políticos de regimes que tinham polícias secretas e que torturavam pessoas, portanto, deixo esse tópico para ele. Eu não percebo desse tópico, eu quero apenas aqui recordar que na cidade de Berlim viviam pessoas, famílias que estiveram anos sem se poderem ver. Recordo um caso, que me foi contado em primeira pessoa, uma família que foi separada, quando uma criança nasceu do lado ocidental tiveram que arranjar maneira de chegar a um ponto da cidade onde pudessem erguer a criança e mostrar à família que estava do outro lado oriental para poder manter viva a esperança de um dia se voltarem a ver. Essa criança cresceu e um dia mais tarde passeou com a mãe pelos restos do Muro de Berlim. E assim se fez, graças a Deus, história.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Eu pedia aos Srs. eleitos que elevassem a qualidade de debate evitando adjetivações impróprias. Refiro-me a todos os intervenientes e não apenas a si, Nuno Capucha. Tem a palavra, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Bom, eu acho, tenho todos os pergaminhos para acreditar na minha palavra quando defendo o Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta os debates que já aqui tivemos, mas de facto acho que aqui não teve um comportamento antidemocrático.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para a votação.”

Rejeitada a Tomada de Posição nº 90/XIII/2022 por Maioria e em minuta:

Dezoito (18) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezoito (18) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2

Com voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declaração de voto de Armando Farias.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Armando Farias da CDU disse: “Apenas para dizer, Sr. Presidente, que apresentaremos a declaração de voto nos termos regimentais.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte e último do PAOD, que é do PAN. Recomendação, “Organização de Workshops Escolares Anuais em Suporte Básico de Vida (SBV)”, subscrita por Ana Silva, que tem a palavra.

II.10. O Grupo Municipal do PAN apresentou uma Recomendação: “Organização de Workshops Escolares Anuais em Suporte Básico de Vida (SBV), subscrita por Ana Braz da Silva.

(Documento anexo à ata com o número 10).

Ana Braz da Silva do PAN disse: “Segundo os números apresentados pelo INEM ocorrem cerca de 10000 casos de paragem cardiorrespiratória ou morte súbita cardíaca por ano e destes apenas 3% das vítimas sobrevive. A sociedade portuguesa Cardiologia alerta que em cerca de 57% das paragens cardiorrespiratórias em que a vítima não se encontra sozinha não é realizada qualquer manobra de reanimação até que as equipas de socorro cheguem ao local. As situações de paragem cardiorrespiratória são sempre inesperadas e catastróficas para quem as presencia. É fundamental a familiarização das crianças e jovens com os elos da cadeia de sobrevivência, nomeadamente o reconhecimento precoce, o acesso precoce ao sistema de emergência médica, a implementação precoce do suporte básico de vida, fornecendo-lhes as ferramentas para poderem atuar nestas circunstâncias. A dinamização de workshops escolares anuais de suporte básico de vida permite o treino do reconhecimento precoce de vítimas em paragem cardiorrespiratória, paragem respiratória e outras situações com necessidade de cuidados urgentes. A prática do contacto com a vítima, o fornecimento de dados de forma clara e rápida e o início de manobras de suporte básico de vida eficazes até à chegada de ajuda diferenciada. No entanto, o que na maioria das situações ocorre é a ativação dos meios de socorro, isto é, ligar para o 112 e esperar que chegue a assistência médica e este tempo de espera pode ser fatal para a vítima. Face ao exposto, consideramos que é fundamental criar uma cultura de socorro, educar os cidadãos e cidadãs de competências no que diz respeito à realização de manobras de suporte básico de vida. É da nossa opinião que uma competência pode fazer a diferença entre a vida e a morte, deve ser inserida como parte indispensável da formação educacional dos nossos jovens, idealmente na formação de todas as pessoas desde tenra idade. Assim, vem o PAN propor que a Assembleia Municipal do Seixal, na sua sessão extraordinária de 14/11/2023, delibere recomendar à Câmara Municipal do Seixal a organização de workshops anuais de suporte básico de vida para todos os alunos e alunas do ensino básico e secundário das escolas do Concelho.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há pedidos de intervenção, vamos colocar à votação.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 91/XIII/2022 por Unanimidade e em minuta:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 1



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário : 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III – Período da Ordem do Dia.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o período da ordem do dia, o primeiro ponto é a ata número 6/2023, da terceira sessão ordinária de 21 de Junho de 2023. Não podem votar por não terem estado presentes na sessão, Catarina Teixeira, Hugo Constantino, Maria João Costa e Nelson Ramos, da CDU, Anabela Gomes, José Galdes e Telma Lima, do PS, Duarte Correia, do PSD, Joana Ideias, do Bloco de Esquerda e Ana Brás Silva, do PAN. E colocamos a questão de se há algum apontamento em relação à ata. Tem a palavra, Nuno Capucha.”

Nuno Capucha do CH disse: “Sr. Presidente, só aqui um pequeno ponto de ordem, salvo erro é a sessão de 21 de junho, correto? Portanto, eu também não posso, também não estive. E já agora aproveito que estou aqui, faço um ponto de ordem, já o fiz, noutras Assembleias nós estamos a começar sistematicamente muito atrasados e quero dizer que desta vez, portanto, há uma hora realmente estabelecida, portanto, eu não aceito prolongar além da hora legalmente estabelecida. Só quero deixar...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “De facto, não foi cumprido o intervalo estabelecido, ultrapassámos os 15 minutos, trata-se de uma situação a corrigir. Vamos proceder à votação da ata.”

III. 1. Ata nº 06/2023 – 3ª Sessão Ordinária, de 21 de junho de 2023. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 11).

Aprovada a Deliberação nº 65/XIII/2023 por Unanimidade e em minuta com:

Vinte e cinco (25) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 12
- Do grupo municipal do PS: 9
- Do grupo municipal do PSD: 2
- Do grupo municipal do BE: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o 2º Ponto. Informação sobre o trabalho em curso das comissões da Assembleia Municipal, senhores coordenadores, Armando Farias e José Galdes vão intervir.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

III.2. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

Armando Farias da CDU disse: “Reuniu a Comissão de Desenvolvimento Estratégico, Plano, Orçamento e Gestão Financeira, no dia 7 deste mês. Como é habitual, estas reuniões dedicam-se fundamentalmente à ordem de trabalhos que depois vem à Assembleia, desta vez também foi assim, houve apresentação por parte do Sr. Presidente da Câmara, houve alguns pedidos de esclarecimento dos membros da comissão e não há assim nada de mais relevante a assinalar.”

José Geraldes do PS disse: “A Comissão Permanente de Obras Municipais, Trânsito, Água e Saneamento, Energia e Proteção Civil, efetuou uma reunião no dia 30 de Outubro com ordem de trabalhos muito simples, mas eficaz, que era o acompanhamento e a monitorização do orçamento em vigor relativamente às áreas específicas desta comissão, que é muito vaga e vasta como vocês calculam. A ata final... a reunião correu bem! E a ata final tem a fase de elaboração, irá depois ser devolvida, como eu costumo fazer aos restantes membros da comissão para depois ser encaminhada para o Sr. Vereador do pelouro. E é tão somente o que eu tenho a dizer.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Três notas em relação às comissões. Realizaram-se reuniões das comissões específicas para Acompanhamento do Plano Habitacional no Concelho do Seixal, para a Instalação do Hospital no Concelho do Seixal e para as Comemorações do 25 de Abril. O realojamento de Vale de Chicharos está em finalização, não estando ainda concluído, porque foi interposta uma providência cautelar, para as 23 famílias que faltam realojar, espera-se que esta questão agora em sede de tribunal se resolva o mais rapidamente possível para se poder finalizar o realojamento, sendo o que a Câmara já adquiriu os fogos necessários. Em relação ao hospital, está em fase de conclusão o projeto de execução e tal como o Sr. Ministro da Saúde anunciou há pouco tempo, na visita ao Concelho, foi apontado o primeiro trimestre de 2024 para a abertura do concurso público internacional para a construção do hospital do Seixal. Esperamos que a atual situação com o Governo em gestão não seja motivo impeditivo, porque se trata, de facto, de uma matéria que está decidida. Em relação à Comissão para as comemorações do 25 de Abril, no quadro do que foi a apresentação da comissão de honra e do manifesto das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que irão decorrer, até 2026, a Assembleia Municipal terá logo uma primeira responsabilidade que é da realização da sessão solene do 25 de Abril. Poderá ter outras participações, o programa está em construção e, esta comissão irá acompanhar e participar. Antes de passarmos ao ponto seguinte quero fazer uma referência que deveríamos ter feito no início da sessão. Está connosco pela primeira vez com as funções para as quais tomou posse recentemente, Nelson Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Amora. Bem-vindo nessa qualidade à Assembleia Municipal, desejamos que estas suas novas funções signifiquem o contributo para o papel que este órgão tem, naturalmente de enorme importância, para a vida democrática do município. Desejamos também os melhores sucessos do seu trabalho na freguesia de Amora, porque isso significará continuar a qualificação da vida da população. Passamos para o ponto seguinte, que é o “Regulamento Municipal dos Apoios no Âmbito da Ação Social Escolar. Suspensão temporária do artigo 4.º - Pagamento de refeições escolares nas escolas públicas da área do Município do Seixal. Medidas extraordinárias. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

III.3. Regulamento Municipal dos Apoios no Âmbito da Ação Social Escolar. Suspensão temporária do artigo 4.º – Pagamento de refeições escolares nas escolas públicas da área do Município do Seixal. Medidas extraordinárias. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 12).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A suspensão temporária do artigo 4º tem a ver com a concretização de uma proposta que a Câmara aqui apresentou durante a discussão do orçamento para 2023 de pagamento integral de refeições escolares nas escolas públicas referente aos alunos do escalão B. Portanto, tem a ver com essa situação e estamos aqui assim a ir e a concretizar, aliás, eles já não estão a pagar desde o início do ano e tem efeitos, esta suspensão efeitos retroativos. Portanto, qualquer outro esclarecimento estamos ao dispor.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenção em relação a este ponto, de Isabel Antas.”

Isabel Antas do PS disse: “Dizer-vos que é muito importante esta capacidade que houve, em dar os parabéns, portanto, por esta adequação, porém é pena aquilo que foi tomado em relação a esta importância em atribuir, portanto e passar os meninos do escalão B ou do escalão 2 para o escalão A, acho excelente, porém, pena que não tenha sido prolongado o apoio ao caderno das atividades nas escolas. Penso que juntando os dois acabamos por baixar e por colmatar algumas das desigualdades que possam vir a surgir no âmbito da participação das nossas crianças.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A questão da isenção, portanto, o pagamento integral por parte da Câmara das refeições dos alunos do escalão B, foi uma proposta que a maioria PCP fez aqui na Câmara Municipal. Consideramos que é uma situação que poderia ser só Seixal. Os cadernos considerámos que devia de ser a nível nacional, fizemos a proposta na Assembleia da República e foi chumbada pela maioria do Partido Socialista, portanto, se não há os cadernos de atividades é responsabilidade do Partido Socialista, unicamente, que podia e devia ter aprovado para todo o país, para todas as crianças, essa oferta. Portanto, é o que eu tenho a dizer, não há por culpa do Governo do Partido Socialista e da maioria do Partido Socialista.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 66/XIII/2023 por Unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III.4. 1ª alteração ao Plano de Pormenor de Reconversão da Quinta das Flores (PPRQF)– aprovação de Relatório de Ponderação do período de Discussão Pública e sujeitar a alteração do PPRQF à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do RJGT. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 13).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos ao ponto seguinte, que é a primeira alteração ao plano de pormenor da reconversão da Quinta das Flores, aprovação do relatório de ponderação. Tem a palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Relativamente aqui à primeira alteração ao plano de pormenor de reconversão da Quinta das Flores tem a ver com o facto de quando foi aprovado o plano de pormenor da Quinta das Flores, houve determinados lotes que não puderam ser englobados porque estavam dentro da área da servidão militar da NATO, entretanto houve uma redelimitação da servidão militar da NATO, que encurtou e já é possível a legalização desses lotes e consequentemente passou-se à alteração, a esta alteração do plano de pormenor para conseguir-se constituir esses lotes que não puderam ser constituídos inicialmente porque estavam dentro da zona da servidão militar da NATO. Portanto, é sucintamente esta alteração.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este ponto. Não há pedidos de intervenção. Passamos para a votação..”

Samuel Cruz do PS disse: “Pretendo no quadro regimental interromper a sessão”.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Interrompemos por cinco minutos.”

Samuel Cruz do PS disse: “De realçar aquilo que muitas vezes tem sido dito que não há vontade de resolver esta situação e a prova, já não é um processo novo, não é? A prova que há vontade do Governo de resolver, até onde foi possível, é a deliberação que estamos aqui a tomar hoje. De facto, tudo aquilo que era... reparem que não é o Governo sozinho que legisla sobre esta matéria, o parecer da NATO e das entidades, dos comandantes da NATO, a NATO Internacional sobre a matéria é absolutamente fundamental e de facto o polígono da NATO foi traçado até tudo aquilo que era possível para tentar resolver este problema. O Governo fez aquilo que podia fazer, a partir daqui a Câmara tem um papel fundamental para resolver o restante.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “tem a palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Dizer que a Câmara tem competência para resolver o restante dentro da área que deixou de estar inserida na servidão militar da NATO. Dentro da área que continua a fazer parte da servidão militar da NATO, a Câmara não tem qualquer competência sobre isso, nem para embargar, nem para fiscalizar, é tudo parte do depósito militar NATO Lisboa. É bom que se esclareça isso porque a intervenção do Sr. eleito Samuel Cruz dá a entender que a Câmara agora pode fazer tudo, o que não corresponde à verdade.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Samuel Cruz, em defesa da honra.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Samuel Cruz do PS disse: “Faço-o, efetivamente, em defesa da honra, não é daquelas... Defender da honra é neste sentido, é porque parece que o Partido Socialista mentiu e isso não é verdade, é exatamente ao contrário, ou seja, o Presidente da Junta faz parte da nossa bancada e nós temos informação, de facto e aliás, informação que o Sr. Presidente da Câmara também conhece, que existem autos passados justamente... autos passados, multas pagas, etc., justamente dentro da área de servidão da NATO e, portanto, essa coisa de não dizer, já parece o Presidente Marcelo, não é? “Não temos nada a ver” mas voltamos, não temos nada a ver mas voltamos e, portanto, ou é uma coisa ou é outra.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. Presidente da Câmara Municipal para defesa da honra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Ponto número 1, eu ainda não vi nenhum desses autos. Segundo, quantos anos é que esses autos têm? Ainda a semana passada eu recebi autos elaborados pelo Ministério, portanto, pela base naval, pela base NATO Lisboa, depósito militar NATO Lisboa e até tive o cuidado de mandar para os seus Vereadores do Partido Socialista para saberem como é que são as coisas. Não somos nós! E o poder de embargo... Quem tem poder, quem tem poder... portanto, depois de levantarem o auto, é a Sra. Ministra da Defesa Nacional que tem poder de embargo, não é a Câmara Municipal. E é bom que saibam para não darem falsas informações, para não enganarem os fregueses, isso é importante.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos prosseguir com a votação.”

Aprovada a Deliberação nº 67/XIII/2023 por Unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o conjunto de pontos, 5, 6 e 7 são protocolos de cooperação entre o Município a União de Freguesias e as freguesias de Amora e Corroios. Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a palavra.”

III.5. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à ata com o número 14).

III.6. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora. Aprovação de minuta.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

(Documento anexo à ata com o número 15).

III.7. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a Junta de Freguesia de Corroios. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à ata com o número 16).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, no âmbito da cooperação que deve haver entre os diferentes órgãos autárquicos, nomeadamente entre os órgãos Executivos, Câmaras e Juntas de Freguesia, vimos com as Juntas de Freguesia um conjunto de obras que para serem celebradas em conjunto, ao abrigo de protocolos de cooperação, portanto, no caso da União é a questão da requalificação da rua Paio Pires Futebol Clube, o caso da Amora do mercado da Cruz de Pau e no caso da Junta de Freguesia de Corroios, várias ruas da zona central da Freguesia, portanto, a rua Ramiro Correia, a rua Casa do povo, rua cidade de Luanda, rua cidade Lourenço Marques, rua cidade de Lisboa, rua cidade do Porto e Jardim Quinta da Água, portanto, um conjunto de obras aqui nestas ruas. Também vimos com a Junta de Freguesia de Fernão Ferro a cobertura do mercado, no entanto, o Sr. Presidente da Junta disse que queria discutir ainda melhor o assunto, temos uma reunião marcada para a próxima segunda-feira para discutirmos esse assunto, às 8 da manhã, começa-se o dia bem cedo e esperemos numa próxima trazer aqui assim essa questão. Pronto, sucintamente é isto.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Para intervenção em relação a este conjunto de documentos, tem a palavra, Rui Pereira.”

Rui Pereira Santos do PS disse: “Sr. Presidente, temos uma reunião, finalmente a dia 20, reunião essa pedida com a Junta de Freguesia, se fosse pedida pela Câmara estaríamos à espera da marcação da reunião por muito e muito e muito tempo. Sr. Presidente, quando o Presidente diz aqui no protocolo que este protocolo é feito... ah! Para quem não sabe, peço desculpa, isto foi uma proposta que o Sr. Presidente apresentou com uma reunião de Câmara, no dia 14, 12, 13, 14, por aí assim, de outubro, em que estavam lá estes pontos que agora estão para apreciação e para votação e também lá estavam, efetivamente, um ponto sobre a cobertura do mercado de Fernão Ferro, algo que tem sido discutido e pedido há muitos anos pelos outros antecessores, está aqui o Sr. Carlos Pereira que certamente pode confirmar que já há muitos anos que pede uma recuperação daquela cobertura. O Sr. Presidente em junho pediu-me um orçamento, arranjei-lhe o orçamento e a partir daí nunca mais houve conversações nenhuma. Falámos uma vez em off, “Sr. Presidente, já viu o orçamento?”, “já, é muito alto”. Ficámos por aí. Qual é o nosso espanto, quando agora em meados de outubro, há uma convocatória para uma reunião de Câmara onde um dos pontos que lá vinham era precisamente este, a recuperação ou a reabilitação da cobertura do espaço do Mercado Municipal de Fernão Ferro. E depois espantem-se quando a proposta vem... isto foi uma proposta que é apresentada, foi acordada, entre a Junta e a Câmara. A Junta, que eu saiba, não foi tida e achada para nada. A Junta esteve envolvida, foi consultada para arranjar um orçamento, foi o que fizemos. Depois quando tivemos, através dos Vereadores do PS tive acesso ao documento e à apreciação da Câmara e logo naquele dia ou no dia a seguir fiz um e-mail ao Sr. Presidente da Câmara com uma série de questões entre as quais, nomeadamente, quem é que pagava o IVA de uma obra que custa 149.000 euros, obras de facto de uma de uma envergadura importante mas o IVA são 34.000 euros, 34.000 euros representam 5% do orçamento da Junta. 34.000 euros para a Câmara é uma festa que fazem, é um evento e não chega. Para a Junta de Freguesia de Fernão Ferro são



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

5% do nosso orçamento. Portanto, Sr. Presidente, a Junta de Freguesia não consegue recuperar o IVA em lado nenhum, como toda a gente sabe. Portanto, aquilo é um imóvel municipal, a questão foi quem é que iria suportar o IVA das faturas. Também tínhamos outras questões, questões essas que nunca foram respondidas, houve um silêncio da parte da Câmara, do Sr. Presidente total, até que a Junta de Freguesia disponibilizou e pediu uma reunião com carácter de urgência ao Sr. Presidente, não só para discutir este ponto como mais dez pontos de interesse para Fernão Ferro. Inicialmente o Sr. Presidente marcou para um dia, logo um dia que não dava muito jeito por assuntos pessoais, mas sim, segunda-feira, cá estarei às oito da manhã para discutirmos isto em conjunto e para ver se falamos de uma vez por todas e Sr. Presidente, acho que lhe ficou um bocado mal ter sido a Junta a convocar a reunião porque o Sr. Presidente neste tempo todo não se deu a esse trabalho.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Como o Sr. Presidente da Junta disse, entregou o orçamento em junho, Junho, julho. Tivemos uma reunião no dia 28/09 em que não falou do assunto, portanto, não é verdade que... e essa reunião que foi marcada pela Câmara Municipal em que discutimos outros assuntos e que não disse nada relativamente a isso, portanto, pensei que... quanto à questão das festas, tanto pode a Câmara fazer menos uma festa como a Junta de Freguesia menos uma festa, podemos empatar em festas. Agora, há uma coisa que é certa, o mercado dá receitas e quem fica com a receita não é a Câmara Municipal. Portanto, agora ser só a Câmara Municipal a compartilhar? Há, além disso, uma verba que nós damos para obras no mercado, periodicamente, portanto, há aqui essas situações aqui para discutir. Portanto, as festas aplicam-se tanto a um como a outro, tanto um faz festas como outro faz festas. Nós fazemos quando achamos que temos que fazer.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação os três protocolos.”

Aprovada a Deliberação nº 68/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Aprovada a Deliberação nº 69/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Aprovada a Deliberação nº 70/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto oitavo, que é a suspensão parcial da primeira revisão do plano diretor municipal do Seixal para a área da UOPG 60. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

III.8. Suspensão parcial da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal para a área da UOPG 60 - Quinta Carlos Costa, e o estabelecimento das respetivas Medidas Preventivas, na sequência do parecer prévio da CCDD-LVT referido no ponto B) da Deliberação n.º 218/2023, de 21 de julho. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 17).



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu pedia ao Sr. Vereador Joaquim Tavares para apresentar a questão que está inerente a este ponto.

O Vereador Joaquim Tavares disse: “Isto é um assunto que já tínhamos trazido à Assembleia, a suspensão do PDM e que foi entretanto pedido o parecer à CCDR, a CCDR emitiu um parecer, uma posição incidindo em questões procedimentais, respondeu fora de prazo pelo que se considera que o parecer equivale a favorável. E, portanto, mesmo assim a Câmara Municipal entendeu responder às questões procedimentais que estavam colocadas e entendo que há condições para darmos seguimento ao processo porque este projeto é um projeto relevante, de interesse municipal no Município e que tem um impacto ambiental na sustentabilidade muito considerável e, portanto, foi aprovado em Câmara e traz-se agora à Assembleia Municipal, como convém, para que seja aprovado também.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Como não há nenhum pedido de intervenção, vamos colocar à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 71/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, que se trata da suspensão parcial da primeira revisão do plano diretor municipal do Seixal para a área correspondente ao revogado plano de pormenor de Vale de Chícharos. O Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a palavra.”

II.9. Suspensão parcial da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal para a área correspondente ao revogado Plano de Pormenor de Vale de Chícharos e o estabelecimento das respetivas Medidas Preventivas, na sequência do parecer prévio da CCDR-LVT referido no ponto B) da Deliberação n.º 219/2023, de 21 de julho. Aprovação.

Documento anexo à ata com o número 18).



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Este ponto tem a ver com o seguinte, em 2003 ou 2004, não tenho agora aqui presente e peço desculpa por, isso foi aprovado o plano de pormenor de Vale de Chícharos e que estipulava uma majoração construtiva à empresa proprietária dos terrenos, bem como uma isenção de taxas, em consequência por a mesma assumir encargos com o realojamento das famílias que vivem em Vale de Chícharos. A empresa nunca fez, nunca cumpriu com essas obrigações, sendo que foi a Câmara Municipal ou com o Ministério da Habitação e o IHRU, apesar do Ministério da Habitação e do IHRU ainda nos estarem a dever muito dinheiro mas foi uma ação delineada em conjunto que fez todo o realojamento da população de Vale de Chícharos. Consequentemente considerámos que não tendo eles cumprido as obrigações inerentes ao realojamento também não podiam ficar com as mais-valias decorrentes da majoração construtiva que tinham e da isenção de taxas. Consequentemente, houve uma revogação do plano de pormenor que já foi aprovada aqui em Assembleia Municipal, portanto, a deliberação 10 de 2023 de 16/02/2023 e estamos agora a ir e a suspender o plano diretor municipal para a zona de Vale de Chícharos de modo a evitar que tanto o plano de pormenor que lhes dava mais valia está suspenso, mas ainda continuavam a ter uma capacidade construtiva que consideramos exagerada para o terreno, principalmente considerando que não fizeram realojamento, então decidimos suspender o plano diretor municipal na zona para negociarmos a solução que vai haver para aqueles terrenos de Vale de Chícharos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há nenhum pedido de intervenção, vamos colocar à votação.”

III.2. Aprovada a Deliberação nº 72/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e sete (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, que é a criação do gabinete do complexo Municipal de Atletismo Carla Sacramento e respetivas competências. Sr. Presidente da Câmara Municipal, tem a palavra.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

III.10. Criação do Gabinete do Complexo Municipal de Atletismo Carla Sacramento e respetivas competências, Gabinete de 3.º Grau – Unidade orgânica flexível, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, bem como aprovação da alteração ao Organograma e alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 19).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, o complexo municipal de atletismo Carla Sacramento cada vez está com mais procura, com mais utilizadores, tivemos por isso que reforçar a equipa e concluímos que face ao número de trabalhadores e à utilização que tinha devíamos de fazer no complexo municipal de atletismo Carla Sacramento o mesmo que já tínhamos feito com as piscinas, criarmos um gabinete autónomo para a gestão do complexo municipal de Atletismo Carla Sacramento, de modo a termos uma melhor gestão, uma gestão mais efetiva do equipamento havendo até... pronto, essa situação.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenção de Duarte Correia sobre este ponto.”

Duarte Correia do PSD disse: “Sr. Presidente da Câmara, estamos a falar... a pergunta muito concreta, de um gabinete de quantos trabalhadores que a Câmara pensa ali para a Carla Sacramento? É só essa a questão.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a palavra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu não tenho a certeza, mas está há volta dos 30 trabalhadores que estão no complexo de atletismo. Peço desculpa não ter aqui esses dados, mas o Sr. Vereador Bruno Santos teve um imprevisto que não pôde vir hoje aqui à reunião da Assembleia Municipal e ele é que tem esses dados assim mais concretos, mas sei que são pouco mais de 30, tendo sempre uma utilização desde as 9 da manhã até às 10/11 da noite. Depende.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 73/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Vinte e quatro (24) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Treze (13) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, Regulamento Municipal de atribuição de prestações de carácter eventual do Município Seixal. Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a palavra.”

III. 11. Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de carácter eventual do Município do Seixal após consulta pública, terminada no dia 2 de junho de 2023. Aprovação de minuta definitiva.

(Documento anexo à ata com o número 20).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Agora sim dou a palavra à Sra. Vereadora Liliana Cunha para fazer a apresentação do regulamento.”

A Vereadora Liliana Cunha disse: “De uma forma um pouco transversal naquele que foi o processo da elaboração deste regulamento, quero informar que no âmbito da descentralização de competências no domínio da ação social para os Municípios foi efetivamente elaborado o projeto de Regulamento Municipal com o objetivo de atribuir prestações de carácter eventual para a capacitação dos indivíduos, dos agregados familiares do Município, com vista à sua autonomização e de uma forma mais transversal suprimir situações de vulnerabilidade e de emergência social. Este processo, como é sabido, é realizado de forma articulada com as instituições que estão protocoladas com a Câmara Municipal do Seixal, por via do processo de transferência de competências e para o efeito trabalho na área da ação social para a promoção da qualidade de vida e igualdade de oportunidades. No passado dia 8 de março de 2023 foi aprovado em sede de reunião de Câmara a proposta de regulamento dos apoios de carácter eventual, decorrente da lei foi submetida à consulta pública cujo prazo terminou a 2 de junho de 2023 e reunidos os contributos e os considerandos provenientes da citada consulta pública, o regulamento final foi posteriormente aprovado na passada reunião de Câmara de 18 de outubro, desta forma propomos a aprovação também em sede da Assembleia Municipal da proposta definitiva do regulamento Municipal de atribuição de prestações de carácter eventual do Município do Seixal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Isabel Antas, para intervenção sobre este ponto.”

Isabel Antas do PS disse: “Dizer o seguinte. Nós vamos votar a favor deste documento, até porque consideramos que ele está bem feito, está coerente, teve tudo aquilo que é meritório ao nível da consulta pública está pormenorizado, tem não sei quantas páginas mas deixo aqui um alerta, um pedido. Portanto, qualquer pessoa que se dirija à Câmara, portanto, aqui até foi criado um requerimento, portanto, nós aqui deveríamos era ser facilitadores para não criar mais burocratização, foi criado até no próprio regulamento um requerimento para pedir um apoio económico. Vamos lá ver, nos subsídios... portanto, nem a ação social, nem todos os pedidos para atendimento em ação social carecem de atribuição duma prestação de carácter... não é prestação, de um subsídio de carácter eventual. Nem todos! Porque eu posso dirigir-me ao atendimento da ação social e pedir quero aqui... isto é um alerta, ter aqui uma questão de... em que o atendimento seja de orientação, de acompanhamento e que seja de encaminhamento para resolver a minha situação. Muitas vezes passa por não ter apoio económico de carácter eventual, porque senão aquilo que nós estamos a fazer é como se fosse a uma prestação do rendimento social de inserção ou uma prestação de subsídio de desemprego do qual eu tenho que validar os critérios de atribuição da mesma. Portanto, aqui eu só deixo este alerta, os subsídios... portanto, o atendimento ou as questões relacionadas com a ação social



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

nem sempre carecem de uma atribuição, de um apoio de carácter eventual. E eu digo isto porque estive muitos anos como coordenadora da ação social. temos que fazer aqui a destrição e como disse há pouco a Sra. Vereadora, é importante também criarmos a questão da autonomização das famílias, não criar subsídio ou dependências. Porquê? Porque o nosso papel na ação social passa exatamente por aí, criar autonomização das famílias capacitando-as e envolvendo-as naquilo que é a definição do seu projeto de vida porque senão o que nós estamos a fazer é criar dependências. Portanto, o próprio regulamento, que já foi publicado também em Diário da República, mas também foi criada aqui uma nova figura que é um requerimento da ação social, um requerimento para atendimento. Portanto, não se justifica, não é uma prestação e depois temos aqui também as questões da confidencialidade e das questões, onde se arquivam estes processos, como é que fica toda esta... portanto, tudo aquilo que é por detrás e que depois a própria Câmara há de resolver estas situações. Portanto, nós vamos votar favoravelmente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Pedia à Sra. Vereadora Liliana Cunha que respondesse às questões suscitadas pela eleita Isabel Antas.”

A Vereadora Liliana Cunha disse: “Obrigada à eleita Isabel Antas pela chamada de atenção que colocou. Quero esclarecer que efetivamente há uma moção no âmbito do relatório da consulta pública há um requerimento por via daquilo que seria a resposta a dar à instituição que colocou a questão sobre o modelo de atendimento para atribuição das prestações de carácter eventual. Quero informar efetivamente também que após a elaboração deste relatório de consulta pública foram feitas reuniões em coletivo com as Instituições que contribuíram não só para o olhar para este regulamento mas também para limar e esclarecer questões nomeadamente o levantamento aqui da necessidade de haver um preenchimento de um requerimento por parte do utente ou do beneficiário que procure a instituição. Não há figura de requerimento, quero dar nota disso e se puderem ver no próprio documento que foi aprovado em reunião de Câmara, o artigo 11º cita efetivamente esta questão relativamente à atribuição dos apoios de carácter eventual, passo a citar se não se importarem, “artigo 11º, requerimento inicial após a realização do atendimento, ou nos casos em que este seja dispensado, o requerente deverá formular o pedido e estamos a falar na manifestação de intenção e não preenchimento de um requerimento próprio de atribuição da prestação de carácter eventual nos locais de atendimento do SAS do Município do Seixal, vulgo instituições que estão connosco protocoladas, instruído com documentação seguinte sempre que possível” e a documentação que é necessária legível para que seja efetivamente analisado pelo técnico gestor do processo a atribuição ou não da prestação de carácter eventual para a situação que é colocada em concreto. Quero desde já também dar nota que efetivamente eu não estive presente na última reunião de Câmara por motivos de doença, para quem sabe, a Vereadora Elisabete Adrião colocou esta questão do requerimento, eu tive oportunidade de assistir online à reunião de Câmara e estas questões foram dissipadas posteriormente em reuniões com as associações e as instituições que estão protocoladas connosco, como devem compreender o Sr. Presidente não estava em posse de toda esta informação, porque a informação que está maioritariamente concentrada na minha divisão e que não foi transmitida a tempo útil ao Sr. Presidente e efetivamente na deliberação não foi referido que houve esta alteração, mas a Vereadora Elisabete Adrião que viu e muito bem aqui a questão do requerimento poderia também ter visto que efetivamente o artigo 11º tinha sido alterado e que esta questão não se colocava. De qualquer das formas o regulamento foi aprovado em sede de reunião de Câ-



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

mara e não existe a figura de requerimento. É esta a explicação que vos tenho a dar, penso ter esclarecido a situação.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 74/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há declarações de voto, passamos para o ponto seguinte, com sugestão de apresentação e apreciação do conjunto de pontos que se referem aos impostos municipais ou taxas. A fixação do valor da taxa do imposto municipal, o lançamento da derrama, a definição da participação percentual do IRS e a fixação do percentual da taxa municipal de direitos de passagem. Sr. Presidente da Câmara Municipal, tem a palavra para apresentação.”

III.12. Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 21).

III.13. Lançamento de derrama, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do artigo 14.º e 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 22).

III.14. Definição da participação percentual no IRS, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 23).

III.15. Fixação do Percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 24).



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Relativamente ao primeiro, começando pelo IMI, dizer o seguinte. Houve da parte do executivo camarário uma determinação de continuarmos com a redução do imposto municipal sobre imóveis e nesse pressuposto propomos que haja a descida de meio ponto para 0,335, estava em 0,34. Considerámos que não podíamos ir mais longe porquanto é expectável que venha a haver uma redução do IMT devido a uma retração do mercado imobiliário que já se faz sentir em alguns concelhos e que também é expectável que venha a chegar ao Seixal. Dizer que em 2021, quando se reduziu o IMI, em termos efetivos houve uma redução da receita em cerca de milhão e meio, em 2022, quando se reduziu o IMI, houve uma redução de 1.7, portanto efetiva, portanto, o montante cobrado teve essa descida, este ano de 2023 apesar da descida tudo aponta que vamos manter o nível de cobrança igual a 2022, mas não há nenhum aumento, portanto, vamos manter o nível de cobrança e é expectável que com esta descida em 2024, possamos manter o mesmo nível de receita. Consideramos não poder ir mais longe por causa de haver uma previsível descida do IMT e que é sempre um imposto variável enquanto que o IMI é um imposto fixo em que se consegue calcular e fazer uma previsão do montante a receber ao contrário do IMT. E dizer que alguns concelhos da área Metropolitana de Lisboa, isto dito pelos seus Presidentes, já há quebras à volta dos 30% do IMT. Quanto à derrama, mantemos a proposta de derrama que está em vigor porque consideramos que é uma proposta equilibrada e que o feedback que vem das empresas demonstra que é equilibrada esta proposta. Dizer quanto a isso que o Seixal é o concelho do Distrito de Setúbal onde são criadas mais empresas. É no Seixal que são criadas mais empresas em todo o distrito de Setúbal, somos o concelho que tem mais empresas no distrito que são classificadas com TML líder e que também são classificadas como de excelência. Portanto, demonstra sem dúvida que temos capacidade para atrair empresas, onde temos um tecido empresarial dinâmico, fortalecido, o que demonstra termos o maior número para empresas TML líder e TML excelência, é porque consideram que está adequado o valor da derrama que nós cobramos e que consideram adequada a comparticipação que fazem para o concelho onde estão sediadas. Mantemos igualmente, tal como estava, a isenção para as micro e pequenas empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros, bem como para as empresas que durante o ano de 2023 fixem a sua sede social no Município do Seixal e tenham criado, durante este período, 3 ou mais postos de trabalho. Também com isto um apoio à criação de emprego aqui no Concelho. O IRS, primeiro consideramos que o IRS sendo um imposto progressivo qualquer devolução da participação percentual, qualquer decisão que tomássemos de não cobrar alguma parte do imposto teria do ponto de vista distributivo... prejudicaríamos aqueles que mais precisam e beneficiaríamos aqueles que menos precisam. Portanto, uma pessoa que pague 500 euros de IRS teria direito a uma devolução de 5 euros, se nós descêssemos um ponto, mas uma pessoa que pague 10.000 euros de IRS já tinha direito a 100 euros de devolução. Portanto, o valor para aqueles que nós temos que ajudar é praticamente incipiente. Todavia, com este dinheiro o que é que nós estamos a ir e estamos a lançar? Portanto, não só a apoiar a construção de equipamentos sociais e a nível do PRR num grande trabalho de participação de interligação entre a Câmara Municipal e as nossas instituições particulares de solidariedade social vimos com muito agrado que foram aprovadas 8 candidaturas a nível do PRR. Apesar de dizerem que essas candidaturas seriam a 100%, isso não corresponde à verdade, os valores das empreitadas dão cerca de 50/60% e o resto é necessário a Câmara colocar porque senão esses equipamentos não eram construídos. Dizer quanto a isso que não são palavras minhas, são palavras da diretora do centro distrital de Segurança Social, a Dra. Luísa Maior, que o Seixal é o único Concelho do distrito que está a ir e a participar na íntegra a parte não coberta pelo PRR, ou seja, se o PRR dá o equipamento que custa 2 milhões euros, o



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

PRR dá 1,2 milhões, a Câmara mete os outros 800.000, porque estamos a falar de equipamentos fundamentais, estamos a falar de creches, lares de idosos e equipamentos para a deficiência que nós consideramos que são indispensáveis e que se a Câmara não apoiar não serão construídos como em outros Concelhos do distrito que estão a ver instituições a desistirem da construção porque não têm capacidade financeira para o fazer, portanto, os equipamentos não seriam construídos e continuará a haver uma lacuna aqui no Concelho. A Câmara está a ir e está a apoiar esse feito mas não queremos ficar por esse feito. Estamos a ir e a lançar, juntamente com as instituições particulares de solidariedade social, a preparar uma série de candidaturas para novas creches no Concelho do Seixal, consideramos que é fundamental para a natalidade haver uma boa rede de creches no concelho. Amanhã a reunião de Câmara vão as primeiras três, projetos que estamos a ir e que estamos a apoiar, queremos lançar no PRR que irá sair para creche, será uma nova creche em Pinhal do General, uma nova creche em Pinhal de Frades, uma nova creche em Paio Pires, uma nova creche na Torre da Marinha, uma nova creche no Pinhal Conde da Cunha, uma nova creche em Vale de Mihaços. Portanto, são seis novas creches que queremos lançar no Concelho. Aliado às três que já estão em construção, uma no Miratejo, uma nas Paivas e outra no Fogueteiro, aliada às creches já existentes no Concelho, portanto, teremos sem dúvida, ficaremos com uma boa rede de creches mas para isto é necessário um grande investimento. Como é que estamos a preparar estas candidaturas? A Câmara cede os terrenos, a Câmara paga os projetos, faz-se a candidatura, se ganhar a Câmara paga o remanescente não participado pelo PRR. E para isso precisamos de ter disponibilidade financeira e por isso consideramos que não podemos abdicar de qualquer participação percentual no IRS porque assim vamos ajudar a população toda e não vamos ajudar quem menos precisa que seria o que acontecia se abdicássemos de parte do IRS. Quanto à questão da taxa municipal de direitos de passagem, dizer que consideramos que esta lei é perfeitamente injusta, o que se consegue cobrar e vamos estipular a taxa máxima de 0,25%, mas isto dá cerca de 70.000 euros por ano, isto não paga sequer os estragos que as empresas de telecomunicações fazem no Concelho cada vez que abrem uma vala porque depois a estrada nunca fica igual, nunca reparam como deve ser, ficam sempre problemas. Depois não fazem os passeios, deixam tudo degradar-se. Portanto, o que se consegue aqui cobrar não dá para os prejuízos que essas empresas causam aqui no Concelho cada vez que fazem uma obra.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, para Ponto de Ordem.”

Samuel Cruz do PS disse: “Os tempos não são meramente indicativos, os tempos são para todos respeitarmos. O Presidente da Câmara geriu o seu tempo como bem entendeu, o Partido Socialista não está disponível para fazer novas renovações de tempo, nós gerimos o nosso tempo, as outras bancadas gerem o vosso tempo, a Câmara tem que gerir o seu tempo. Neste momento, tenho... se for disponível, não sei quanto é mas é quatro minutos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A gestão do tempo é da responsabilidade da Câmara Municipal e dos grupos municipais. A Câmara tem 4 minutos e trinta e dois segundos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sobre esta matéria estão inscritos para intervir, Fátima Carvalho, Isabel Cruz, Nuno Capucha, Armando Farias, Rui Belchior e Manuel Guerreiro.”

Fátima Carvalho do PS disse: “A matéria em apreço merece obviamente alguns comentários por parte da bancada socialista e esses comentários não serão necessariamente simpáticos porque não podem ser por-



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

que aquilo que é trazido aqui parece-nos muito aquém daquilo que poderia ser feito. Sabe-se que os impostos municipais desempenham um papel crucial no financiamento das atividades e serviços locais e são uma fonte significativa de receita para os Municípios, conferindo certa autonomia para fazer face a necessidades específicas. Mas é igualmente uma inverdade que os Municípios podem-se distanciar uns dos outros na sua forma de gestão e tornarem-se mais progressistas quando, por medidas suas tornam-se mais equitativos dando benefícios ou incentivos direto aos seus munícipes. Estamos a falar de adoção de políticas que podem ser determinantes para captar e fixar a população, promover participação cívica e o complemento de obrigação de pagar impostos e ainda estimular o desenvolvimento económico da sua área promovendo criação de emprego e o verdadeiro crescimento económico. A proposta da CDU para a taxa do imposto municipal sobre imóveis urbanos de 0,35, o que como foi referido aqui representa uma descida de meio ponto relativamente ao fixado ano passado, parece e é distante do expectável face aos resultados alcançados nos últimos 5 anos em matéria de impostos diretos com o mínimo de cerca de 47 milhões de euros no ano de 2020, o ano menos proveitoso deste período referido e um máximo de 56,4 milhões de euros arrecadados em 2022 em conformidade com o último relatório de contas aqui apresentado. Corroborra também a nossa convicção de que é possível uma redução mais expressiva da taxa de IMI, havendo vontade política. Sublinhamos, havendo vontade política. Pois o saldo de gerência, superior a 28 milhões de euros assim o permite. Por outro lado, a proposta apresentada é também insensível ao contexto económico, que apesar do abrandamento da inflação nos últimos meses prevê-se para 2024 uma variação média superior a 3%. Importa também sublinhar que tendencialmente os Municípios pequenos cobram taxas mais elevadas e os de maior dimensão taxas mais baixas e o Seixal é entre os 308 Municípios portugueses, o 13º em número de habitantes, onde 75% reside em alojamento próprio, pelo que a fixação da taxa reduzida significa apoiar e beneficiar uma expressiva parcela de munícipes. Não é menos importante referir que o poder de compra per capita no Seixal situa-se abaixo da média nacional, com um ganho mensal de 1.300 euros, o que reflete seu baixo nível de bem-estar material comparativamente a outros Municípios com população similar. Logo, qualquer medida fiscal que discrimine positivamente o munícipe ou pretenda premiá-lo por investir os seus proveitos neste Concelho, certamente terá impacto na sua economia familiar. Ainda em relação ao IMI, não discordamos apenas com a taxa que vai a votação e defendemos que deveria ser fixada no mínimo que a lei permite 0,3. Mas a vossa proposta merece também outras notas igualmente negativas porque recusam IMI familiar, previsto no número 1 do artigo 112 A do Código do imposto municipal sobre imóveis que sugere que seja aplicada uma redução da taxa de IMI ao prédio ou parte do prédio destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo e do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que pressupõe uma dedução de 30, 70 ou 140 euros para um, dois ou três e mais dependentes. Aliás, a lei beneficia muito mais agora depois da sua recente alteração, que considera estes valores mais elevados do que anteriormente. Esta proposta que nos trazem também não considera qualquer medida, estímulo para os proprietários que dotaram o seu imóvel de maior eficiência energética, melhorando a classe do mesmo ou que possui equipamentos de aproveitamento e tratamento de águas residuais ou águas pluviais. Estas medidas deveriam importar a este executivo camarário com urgente objetivo do combate à crise energética e ambiental. E aqui hoje foram demonstradas algumas preocupações. Mas parece que apenas... são opiniões e não são factuais. Não considera também esta proposta outras reduções expressivas por deliberação da Assembleia Municipal para promover a reabilitação urbana ou arrendamento de casas devolutas. Ainda no que concerne ao apoio aos munícipes através dos impostos, sublinhamos, o executivo CDU toma para si a totali-



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

dade dos 5% do imposto sobre o rendimento singular, IRS, que os municípios têm direito pela lei número 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais, o que representa, senhores, que a Câmara não prescinde sequer de parte desta verba que lhe é destinada para que possa ser devolvida em sede de IRS aos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Seixal. E os argumentos que a CDU apresenta, para não abdicar em prol dos munícipes, não tem o acolhimento da bancada do Partido Socialista. Espera-se, pois, de acordo com as grandes opções do plano de 2023, que em impostos municipais diretos, IMI, IMT, IUC e derrama, sejam arrecadados mais de 50 milhões euros, que já foram cumpridos em 34,5 milhões de euros em agosto do corrente ano. E ainda que esta meta financeira não seja cumprida, como foi aqui demonstrada preocupação pelo Sr. Presidente, haverá compensação através dos impostos indiretos a cada munícipe. Por outro lado, as verbas inscritas nas GOP 2023, foi outra preocupação que o Sr. Presidente aqui também deixou. O investimento que é preciso realizar neste Concelho indicou claramente que não está à espera de realizá-lo com o dinheiro que acabo, digamos assim, por parte destes mesmos impostos, pois estão inscritas verbas francamente insuficientes para a execução destas mesmas obras. Logo sabe-se, espera-se e foi aqui admitido que elas realizar-se-ão através do Estado central ou de fundos comunitários, sendo a parcela mínima a participação da Câmara. Logo, não é para aqui que o dinheiro vai ser canalizado certamente. Discordamos também que seja uma medida socialmente injusta, como afirma a CDU, beneficiar com parte da verba, abdicando do IRS, os contribuintes com rendimentos tributáveis. O Partido Socialista defende o Estado social e no nosso conceito de Estado social também devem ser premiados aqueles que numa relação dialética e indissociável permitem que sejam garantidos aos mais desfavorecidos condições dignas de sobrevivência. Uns recebem e outros pagam essa verba. Defender uma redução discreta do IMI, desprezar o IMI familiar ou não abdicar de parte do IRS, quando é evidente que estão reunidas condições materiais para atribuir mais benefícios aos seus munícipes, é uma opção política, Sr. Presidente e o executivo CDU deve assumir como uma questão meramente ideológica e uma prática concertada em todos os concelhos onde é poder e que nada tem a ver com o princípio da boa gestão da coisa pública e muito menos com os resultados de gestão de cada município. Relativamente aos estímulos para tornar o Seixal um território empresarialmente mais desenvolvido e competitivo, consideramos que as isenções previstas no lançamento da derrama só por si não têm impacto para captar e fixar investimentos. O Seixal necessita de medidas estruturais para revitalizar a sua economia e devem estar orientadas para a defesa do comércio local e para a atração de empresas com grande impacto na empregabilidade. Ofende que sejam apontados como exemplos de grande investimento público no vosso documento de justificação destas mesmas isenções o acompanhamento da construção de equipamento hoteleiro. Desde quando é com acompanhamento de um investimento? Para não levantar aqui outras questões que têm a ver com dúvidas sobre a rentabilidade, para já sobre a natureza deste equipamento hoteleiro e sobre a rentabilidade dos postos de trabalho que trazem ou não para o Concelho. Ainda é referido o SPA Seixal ou mesmo o Tour de Pitéu. Urge depois apurar, como disse, os benefícios reais para a economia local destes e de outros projetos que são apresentados nos orçamentos e ventilados como o que de melhor tem o Seixal. Isto só revela uma visão limitada e subaproveitamento do potencial deste Concelho. O que precisamos é de investir no conjunto de medidas realmente diferenciadoras e transformadoras do nosso território e tornar o Seixal bom para viver e fértil em gerar riqueza. Melhorar os acessos, criar mais alojamento, oferecer uma carteira cultural e de lazer, não sazonal, fixar instituições de cultura, ensino e ciência para maior urbanidade e modernidade seriam algumas das propostas do PS para realmente alavancar o nível de vida dos seixalenses.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Isabel Cruz do BE disse: “O Bloco de Esquerda acompanha a proposta de redução do IMI mas consideramos que há condições para reduzir ainda mais. A nossa proposta é 0,33 de redução, sem colocar em causa o equilíbrio das finanças municipais. Soubemos através do Jornal Económico que é possível que esteja para ver breve uma revisão dos coeficientes de localização dos imóveis, o que a acontecer conduzirá a como é costume a um aumento do IMI para as pessoas que são detentoras de imóveis. O que vem aumentar, se isso acontecer, a receita por esta via, a receita municipal por esta via. Nesse caso deixamos desde já aqui o nosso compromisso de propor nesta Assembleia, no caso disso acontecer, uma deliberação, uma proposta para reduzir o que hoje está aqui, reduzir ainda mais a taxa do IMI. Sobre o IRS acompanhamos a ideia de que os 5% devem reverter integralmente para o orçamento municipal porque conforme foi dito a devolução não é significativa, na maior parte dos casos e não teria uma abrangência... uma grande abrangência seria delimitada e não é transversal e é socialmente injusta, segundo a nossa opinião. Defendemos que, assim como também aqui foi sugerido, este valor deva ser aplicado em equipamentos que beneficiem todos os municípios e acrescentamos a ideia de criação de uma bolsa para apoiar medidas que respondam à emergência social ou que ajudem a adquirir ou construir imóveis para o arrendamento acessível.”

Nuno Capucha do CH disse: “Dado o adiantado da hora, tentarei ser o mais rápido possível. Existe uma questão... vou sintetizar de alguma forma aquilo que o Sr. Presidente disse. Se não conseguir cobrar impostos não vou conseguir concretizar estas obras fantásticas. E deixe-me lembrar-lhe uma coisa, uma obra em concreto, a construção do lar de Fernão Ferro. Já falámos disso aqui, na altura coloquei uma pergunta, coloquei várias perguntas à Câmara Municipal e que vou aqui rapidamente, respeitando a hora, pelo menos colocar um ou dois pontos que são importantes. A Câmara Municipal do Seixal sabia que o empreiteiro a quem foi entregue a obra tinha um histórico de mau cumprimento, o antigo Presidente desta Câmara, Joaquim Santos, admitiu isso e uma das perguntas que nós colocamos é precisamente esta, se não deixou um bom cartão de visita, expressão de Joaquim Santos, há urgência de saber a razão ou razões pelas quais a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro, não foi informada pela Câmara Municipal do Seixal desse histórico avançando-se com dinheiros públicos para a construção? Por fim, para não ser fastidioso, o que tem a Câmara a dizer aos municípios sobre a gestão dos dinheiros públicos, agora que 1 milhão euros está do lado do empreiteiro que abandonou a obra? Há um tremendo buraco, Sr. Presidente, 1 milhão euros. Em relação ao IMI, vamos reafirmar aquilo que já reafirmámos várias vezes, consideramos que este é o mais ridículo de todos os impostos, o Seixal devia descer a taxa, que é o mínimo legal, fixar o IMI familiar, isentar, por exemplo, os bombeiros do pagamento de IMI no que toca às suas habitações próprias e permanentes. Não nos satisfazemos com estas medidas, para nós o ideal seria isentar o pagamento do IMI de todos os prédios urbanos identificados como de habitação própria permanente de valor patrimonial a 350.000 euros até ao final do programa de recuperação e resiliência, isto é, até 2026. Pode o Sr. Presidente dizer, mas em termos práticos o que é que uma mudança no IMI, em termos de orçamento familiar, pegava numa expressão usada pela Fátima, o que é que isso iria trazer aos municípios? Podiam perguntar: iríamos de férias para o México? Não. Mas pergunte-me a mim, funcionário público, quanto é que é o valor da minha hora de trabalho. Pergunte a estes senhores que estão aqui sentados atrás de mim, qual é o valor da hora de trabalho deles e como eles devem estar contentes hoje por estar aqui a poder fazer horas extraordinárias. Qualquer pequeno aumento no orçamento familiar é nesta altura bem-vindo. Em relação ao IRS, desculpem, esse argumento do IRS, para não envolver IRS é um bocadinho demagógico, para ser simpático. Quantas famílias, estatisticamente o senhor pode-me dizer quantas famílias pagam 10.000 euros para seguir



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

o seu exemplo? Quantas famílias pagam 10.000 euros de IRS? Eu não sei. Sei que elas provavelmente têm casas na zona onde o senhor vive, por exemplo. É a zona privilegiada, consigo situar em termos de localização, mas não em termos de rendimento... isto em termos estatísticos, digo. E, portanto, repito aquilo que disse a propósito do IMI, qualquer pequena contribuição para o orçamento familiar é bem-vinda. Com o tema derrama, quanto mais baixa... outra coisa que poderá dizer, bom, já tentámos dar o máximo possível, somos fantásticos, toda a gente quer vir para o Seixal, vão vir charters, para usar uma expressão que estava em voga aqui há uns anos, mas quanto mais a derrama descer melhor para as empresas e como precisamos de todos os incentivos para criar empresas.”

Armando Farias da CDU disse: “Todos os anos, por esta altura, nós discutimos esta matéria. Portanto, há um histórico relativamente a estes debates. Sabemos que o PSD votará sempre contra, o que é coerente, porque diz que isto é um problema do executivo e, portanto, afasta-se da discussão, não quer contribuir para este debate, portanto, é coerente com essa questão. Não participa, não quer contribuir mas é coerente. Sabemos que vai votar contra. O PS tem as nuances, desde ontem, mais ou menos, agora anda em modo campanha eleitoral. O PS já diz que quer aumentar salários, mas na Assembleia da República vota contra as propostas do PCP, também do Bloco, do PAN contra o aumento de salários, contra os apoios familiares e etc., mas agora está em modo de campanha eleitoral. E, portanto, o que é importante a nosso ver é o seguinte, ao longo destes anos é o nono ano consecutivo em que há baixa do IMI, ao longo destes anos o que tem demonstrado é que tem sido possível com a gestão camarária baixar o IMI e, portanto, melhorar a vida das famílias, pelo menos dar um contributo para a sua melhoria de vida e ao mesmo tempo ter sustentabilidade financeira e também reduzir a dívida. Isto é o histórico! E, portanto, do nosso ponto de vista não há nenhuma razão objetiva para que não continue a ser assim, porque o que tem demonstrado é que isto assim está bem feito. E está bem feito porquê? O Sr. Presidente da Câmara já explicou isto! Quer dizer, eu acho que não é preciso fazer nenhum desenho! Em relação ao IRS... ou por outra, em relação à partição da parte do IRS, aquilo que é proposto por alguns eleitos é beneficiar aqueles que já não precisam de tanto benefício e não aqueles que precisam mais. E precisam mais de quê? Precisam mais do que eles são carenciados do apoio da autarquia a essas famílias, às pequenas empresas, ao movimento associativo... olha, aos bombeiros, às forças vivas do Concelho. E, portanto, tem que haver uma gestão da Câmara com estas taxas de imposto no sentido de poder melhorar, quer por via de alguma redução do IMI, mas ter os meios para desenvolver! E também muito bem o que o Capucha disse e também para ter sustentabilidade para não cair naquilo que algumas Câmaras têm problema que é chegar ao fim do mês e pagar aos trabalhadores autárquicos. E, portanto, é isto que se trata, temos este histórico que tem demonstrado que está bem. E então não há razão nenhuma para estar a alterar. Uma coisa é haver, enfim, opiniões, como foi feita pela Isabel, dizer assim: é pá, em relação aos apoios sociais e etc. tenham em conta esta medida ou aquela. Tudo bem. Outra coisa são propostas de alteração das taxas que vêm da bancada do PS, que não vêm daquilo que nosso ponto de vista não é aquilo que interessa e que é correto. Mas já agora dizer também que resolvam lá com o Partido Socialista a questão do IUC, lá com o Governo! Resolvam lá essa questão. Não tragam para aqui isso porque isso é caricato. Têm que ver isso é lá com o PS, lá com o Governo, não é? E depois também em relação às empresas, há uma preocupação com as empresas, mas já foi dito! Mas já foi dito, mas está provado! Eu acho que ninguém está a duvidar daquilo que o Sr. Presidente disse! É o Concelho que está a atrair mais empresas para o Concelho! Não é? E também acho que é curioso que a Sra. eleita..... agora não me recordo o nome... Fátima. Peço desculpa. Até utiliza o slogan que é aí falado! Tem piada! “Seixal, bom



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

para viver”, mas esse é o slogan que aí anda no ar! Ou seja, as pessoas vêm para o Concelho porquê? Porque estão com dificuldades noutros Concelhos onde a vida é mais cara, é dura, etc., procuram para onde, enfim, têm saídas e estão a vir para o Concelho. Claro que depois isto traz outras preocupações à autarquia, como é evidente, não é? E algumas não são pequenas. Mas tem que ver com isso, porque entendem que aqui há qualidade de vida. E entendem, muitos não conhecendo o Concelho, porque muitos que aqui vivem transmitem essa ideia, transmitem essa opinião porque vivem cá e sentem isso. E, portanto, é bom que os senhores sintam o que é que as populações dizem em relação aqui à gestão autárquica e como já temos dito também é essa a razão que leva que o projeto autárquico da CDU continue a ser votado maioritariamente pela população. Portanto, do nosso ponto de vista acho que está no caminho certo a autarquia e nós, naturalmente, votamos a favor e apoiamos.”

Rui Belchior do PSD disse: “Mais uma vez a discutir temas essenciais à uma da manhã, mas é o que temos. O Partido Social Democrata relativamente à matéria de impostos desde já anuncia, ao contrário do que aqui foi afirmado pelo eleito Armando Farias, não vamos votar contra o IMI, vamo-nos abster, aliás, em linha com aquilo que temos feito nos últimos anos face às reduções que de facto têm sido concretizadas, não obstante, não nos podemos também esquecer das subidas sucessivas nos anos anteriores. E com efeito, no que diz respeito à taxa de IMI para 2024, onde se regista de facto nova redução para 0,335 pese embora estejamos firmemente convicto que este executivo podia e devia ter ido mais longe na aludida dedução da taxa de IMI. Era em nosso entender forçoso ter ido mais longe, dando um sinal às pessoas, às nossas pessoas, atendendo ao panorama de grande dificuldade com a conjuntura inflacionista, aumento galopante das taxas de juro, com a gravíssima crise na habitação que impossibilita as pessoas de pagarem os seus créditos ou de arrendar um imóvel neste Concelho constitui uma alternativa viável abaixo dos 800 ou mesmo os 900 euros ou até mais. Esta triste realidade tem atirado inúmeras famílias para a rua, umas a viver em carros, outras em tendas ou mesmo debaixo de uma ponte qualquer. A verdade é que o Partido Social Democrata que fala hoje aqui nesta situação, o único que falou até agora nesta situação, em que as expectativas são as piores. Já temos uma recessão anunciada, o desemprego já começou a aumentar, a tudo isto junta-se agora ainda uma crise política, mais uma vez provocada por um governo socialista. Estamos novamente no pântano, no entanto, este executivo comunista que sistematicamente apregoa a sua suposta preocupação com os mais fragilizados, com o povo, os trabalhadores e os seus problemas concretos, quando pode dar o seu contributo, retirando das costas do povo trabalhador a carga pesada que estes carregam nesta altura não dá, não dá nenhum contributo e opta taticamente fazer a gestão da sua agenda, assegurar o seu ciclo político, o poder, os lugares, os cargos, etc. Qual povo, qual quê? O executivo comunista ao invés de ajudar de forma objetiva as pessoas prefere estrategicamente e a verdade é esta, acumular saldo de gerência, como fez aliás no exercício passado onde acumulou cerca de mais de 22 milhões euros para usar no exercício seguinte ao invés de ter aplicado como devia em benefício dos munícipes, nomeadamente diminuindo a taxa de IMI para a taxa mínima ou devolvendo a percentagem máxima de IRS ou reduzindo a taxa de derrame. O que interessa no fundo não é beneficiar quem precise, o que interessa é fazer foguetório, a propaganda do costume, apregoando com euforia a sua suposta capacidade de gestão e que se traduz ao fim ao cabo, na mesma técnica de sempre, despejar e repetimos isto sem qualquer temor, despejar dinheiro no movimento associativo que como temos referido, a grande parte dele está completamente submetido a este executivo. Em boa verdade é que este executivo, que se diz tão amigo do povo, repetimos, tinha a obrigação de ir mais longe no que diz respeito à aplicação de taxas e impostos da sua competência. Mas não vai. O PSD entende que a



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

taxa de IMI nesta fase deveria ter sido reduzida para a taxa mínima. Já agora, juntando-se o Município do Seixal aos 60% de Municípios do país que têm a taxa mínima de IMI, bem como deveria e de uma vez para sempre, ser aplicada a medida do IMI familiar já aqui aprovada nesta Assembleia e neste mandato por proposta do PSD. Mas não, mas não, os amigos do povo entendem que não, rejeitam a medida ao mesmo tempo que desrespeitam as deliberações da Assembleia Municipal vezes sem conta e a dignidade do órgão já agora, lamentável e antidemocrático. E isto não é apenas discurso político, pois na verdade, oiçam bem, pois na verdade já aderiram a esta medida do IMI familiar 270 Municípios até agora, dos 308 Municípios do país, ou seja, 88% dos Municípios, a esmagadora maioria, como é evidente. O Seixal, liderado por este executivo será, estamos certos, seguramente o último a fazê-lo. No distrito de Setúbal apenas Santiago e Alcácer acompanham o Seixal, sendo que Alcácer ainda assim pratica a taxa mínima de IMI. Tudo autarquias comunistas, já agora, exatamente os mesmos, desculpem a repetição sucessiva que se adequa à situação, que passam a vida a falar do povo. Em nosso entender, o Município não pode continuar a adiar a medida de adesão ao IMI familiar, que se traduz objetivamente num benefício fiscal para as famílias. Este benefício foi inclusive agora recentemente melhorado na Assembleia da República, precisamente por proposta do Partido Social Democrata, que aumenta 30 euros a dedução fixa quando existe um dependente para 70, quando há 2 dependentes e para 149 euros quando há 3 ou mais dependentes. O Partido Social Democrata continuará a lutar pela concretização deste objetivo que considera ser de elementar justiça social. Relativamente ao IRS, o Município do Seixal tem sempre e de forma sucessiva deliberado que a participação variável no IRS se fixe nos 5%, ou seja, na percentagem legal máxima. No entanto, em 2023, a título de exemplo, 170 Municípios decidiram aliviar a carga fiscal dos seus munícipes de forma total ou parcial. Em, 2022, 33 Municípios devolveram a totalidade do imposto aos seus munícipes, isto para responder a algumas teses que diziam ou afirmavam que havia aí uma limitação na devolução. Não, não há. Não há nenhuma limitação. O PSD, por isso, não aceita a política seguida por este executivo se apropriar da percentagem total de 5% dos munícipes. Utilizem os argumentos que entenderem. Por conseguinte, o Partido Social Democrata este ano defendeu a devolução de 3,5% aos munícipes, contribuintes e uma retenção do imposto de apenas 1,5, ao invés dos 5 praticados. E defendemos esta percentagem porque mais uma vez consideramos que a atual percentagem é exagerada e não tem justificação, muito menos agora que estamos a atravessar um momento delicado para as famílias que estão asfixiadas com a maior carga fiscal de sempre, estranguladas, repetimos, com as elevadíssimas taxas de juro no crédito à habitação, mas mais uma vez quando urgia ajudar, ainda que simbolicamente, aqueles que dizem representar, lá está, o povo, o executivo PCP vira-lhe as costas e não mexe uma palha, passe a expressão, em nome desse povo que nesta altura de toda ajuda necessita para fazer face aos seus elementares compromissos financeiros. Nós, Partido Social Democrata e, neste imposto naturalmente, votaremos contra a posição da CDU e votamos contra porque recusamos caucionar a utilização da Câmara de milhões de euros provenientes deste imposto na continuidade de certas políticas que despendem estes valores da forma que entendem, onde entendem e com quem entendem quando os mesmos deviam, pelo menos em parte, ser devolvidos a quem os pagou. Relativamente à taxa de derrama e para concluir, nós também consideramos que este Município, invariavelmente, ano após ano não modifica nenhuma das suas práticas, nem nestas fases mais complexas em que se justificava uma atração, uma política de atração de investimento, de emprego, etc. Pelos vistos o Sr. Presidente fez aqui uma afirmação, enfim, levando em boa fé o que diz que o Concelho de Seixal será aquele que atrai mais empresas, nós de facto, não temos esse dado, nem fazemos ideia. Contudo, ao invés de uma situação conjuntural nós temos que



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

aplicar medidas, em nosso entender, de caráter estrutural e que de certa forma indiquem às pessoas e às empresas com aquilo que podem contar e com essa mensagem que poderia ser passada. Portanto, nós em nosso entender, como propusemos na Câmara, pelo nosso Vereador Bruno Vasconcelos, entendíamos que se justificava uma redução para 0,5 da taxa de derrama para empresas com um volume anual acima dos 150.000 euros. Esta proposta, como sempre, não foi acolhida e nem temos essa expectativa infelizmente, qualquer modo e por isso e de forma até natural, apesar da provocação, enfim, feita pelo Eleito Armando Farias mais uma vez, nós aqui votaremos evidentemente contra porque as nossas propostas não são atendidas.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra de Fátima Carvalho e Manuel Guerreiro.”

Fátima Carvalho do PS disse: “Apenas um breve comentário à intervenção do Sr. eleito Armando Farias para lhe dizer que não conte com os eleitos do Partido Socialista neste Concelho para destruir o slogan “é bom viver no Seixal”, o que nós queremos é que seja bom viver, trabalhar e visitar o Seixal. E se está paga, daquilo que são as estatísticas dos censos, os últimos censos, talvez compreenda bem porque é que a população do Seixal aumentou, contrariamente a muitas cidades portuguesas. Poderia passar aqui muito tempo a explicar o efeito centrífugo que faz com que as zonas, os arredores das grandes cidades cresçam, mas não vou perder o meu tempo. Conte connosco para fazer um Seixal melhor também.”

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Bem, é democracia, é democracia e nós de facto temos que viver todos juntos e temos que ter paciência para nos aturar todos juntos mas o que é verdade é que é preciso ter alguma lata, é o termo exato para dizer algumas coisas, não é? Então vamos lá ver, então eu vou dar o meu exemplo, não vou falar dos outros! Vou-vos dar um dado. Ó meus amigos, eu sou um cidadão do Concelho do Seixal há muitos anos, tenho uma casa própria, sou dos tais que tem uma casa própria, dos 68 ou o que foi que foram aqui invocados, que pagam o IMI médio, está dentro da média do IMI que se paga em Portugal, que se paga no Concelho e que se paga em Portugal. As propostas melhores que aqui estão para mim... sabem quanto é que dava com contas feitas... recebi, paguei agora o IMI este mês. Paguei agora o IMI este mês. Sabem quanto é que dava de redução? Sabem qual era o benefício? No meu caso, era um 1,98 euros por ano. Mas estão a brincar comigo ou quê? Mas com 1,98 euros? Isso são as vossas melhores propostas que vocês aqui fizeram! E eu sou dos cidadãos que pagam acima... provavelmente eu estou a dizer que pago na média, pago acima ligeiramente na média. Bem, mas até vos vou dar outro dado. Porque há dias andei a tratar diretamente aí com uma pessoa que compra uma casa cá no Seixal e para esse as vossas propostas sabem quanto é que... comprou uma casinha cá no Seixal, as vossas propostas sabem quanto é que lhe dava ou que vai dar se a casinha se concretizar? Dá-lhe uma redução de IMI de cerca de 22 euros. Ou seja... Pois claro que não se pode ver assim, claro, então é claro que somos todos iguais, é igual o que tem uma casa mais barata e o gajo que tem uma casa que custa 2 milhões euros! Somos todos iguais! Somos verdadeiramente todos iguais, à luz da lei. É só o que basta acrescentar. Portanto, chamamos a atenção que estas propostas têm efeitos! Estas propostas têm efeitos sobre as pessoas concretas e neste caso quem tem uma casa média normal tinha um benefício de 2 euros, quem tem uma casa de luxo que custa 2 milhões euros, que vale 2 milhões euros agora, tem um benefício que é um estímulo em 20 euros por ano. É claro que 20 euros para aquela pessoa não é nada rigorosamente. Tal como para mim 2 euros não me alteram nada a qualidade de vida e, portanto, é demagogia estar aqui a falar que isso tem alguma alteração, não tem nenhuma alteração na qualidade de vida. Mas depois é preciso dizer aqui uma coisa com toda a clareza ao



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Partido Socialista, nós ouvimos aqui os eleitos socialistas, eu percebo, estão na oposição. Então o Partido Socialista a um cidadão como eu que trabalhei 49 anos a descontar de todos os tostões que recebi, rigorosamente todos, 49 anos para a segurança social, contribuí 49 anos com os impostos todos, incluindo o subsídio de refeição. Todos, todos, todos, paguei tudo durante 49 anos, não tive um dia de baixa. Não tive um dia de baixa, portanto, a segurança social comigo não despendeu dinheiro. Um tostão. Tudo! Reformei-me em 2016, desde aí para cá até 2022 todos os anos me reduziram o valor que me pagam de pensão da reforma. Porquê? Porque o PS com umas habilidades sempre aumentou a taxa que incide sobre a reforma. Então e agora venho ouvir aqui os eleitos do mesmo partido dizer “não, vocês têm que reduzir! Nós aumentamos vocês reduzem”. Ó meus amigos, pelo menos sejamos coerentes pá! Eu percebo o vosso papel aqui na oposição, mas sejamos coerentes, sejamos sérios, rigorosamente. Então vocês estão no Governo, aumentamos as taxas aos reformados, no meu caso e a outros, mas no meu caso, aumentam-nos as taxas todos anos, até 2021 tiraram-me... eu todos os todos os anos passei a receber menos uns tostões da pensão da reforma, todos os anos... em 2022 quando ia pela primeira vez ser aumentado vocês arranjam aquela tralhalice, aquela aldrabice, que é uma aldrabice completa o que vocês fizeram, de vir com a história de alterar as reformas, vieram mentir sobre a situação da segurança social com um relatório falso, absolutamente falso, emitido pelos serviços da segurança social! Eu vou-vos aqui dizer, os dados até já são públicos neste momento, a segurança social teve um recorde de receitas em 2022 e vai ter outro recorde em 2023. O ano passado a Ministra até veio dizer “atingiu os 25 milhões euros, este ano provavelmente vai chegar aos 30 milhões euros” - já agora, ficam a saber que a segurança social tem mesmo muito dinheiro - e depois vêm aqui com isto? Ó meus amigos vamo-nos deixar disto, vamos ser mais coerentes, de facto estão na oposição, enfim, mas vamo-nos deixar disso, vamos pôr as coisas no seu devido lugar e depois vamos ter em consideração outra coisa, se for cumprido o que está garantido, que está prometido, a isenção de IRS vai até aos 810 euros para o próximo ano. Esperamos que levem até ao fim essa promessa. Então se está garantido que até aos 810 euros as pessoas vão estar isentas de pagar IRS, quer dizer, já, que mais de 50% de quem trabalha neste país, infelizmente e eu digo infelizmente, não vai pagar IRS. Então para quem é que serve a redução do IRS que vocês estão aqui a propor? É para os mais pobres ou é para os mais ricos? Pelo menos 50%, para não dizer 60 porque neste momento os dados apontam para 60%. 60% de quem trabalha ganha menos de 800 euros, ganha até 800 euros. Isto são os dados oficiais, não são os meus dados, são os dados oficiais. Neste momento, até 60% ganham menos de 800 euros. Então, admitindo que haja aumentos salariais, se o salário mínimo for fixado nos 810 euros, aliás, já foi fixado, se for isento de pagar IRS nós temos mais de 50% dos trabalhadores, provavelmente muitos dos que aqui me estão a ouvir, vão ficar isentos de IRS, então quando a gente fala aqui de cortar taxas aqui é que se chega. É que não está garantido, até ver, nas propostas que estão na Assembleia da República, de que não haja um aumento do IRS para os outros! Isto é, se for para a frente o que até agora está escrito no projeto de orçamento de Estado, o que vai acontecer é que a partir dos 900 ou 950 euros toda a gente vai pagar mais IRS do próximo ano porque as taxas vão aumentar, sabem porquê? Porque não são atualizados os valores de escalão como deve ser e não são atualizados nos níveis dos aumentos salariais e, portanto, vamos ter pessoas a pagar mais IRS. Então e depois vêm-me aqui dizer que é preciso baixar aqui a pequena parte do IRS que fica para autarquia? Eu até percebo, quem beneficiasse desse corte ficasse satisfeito, mas chamo-vos à atenção, vamos ser mais coerentes, vale tudo mas com alguma coerência.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nesta altura estamos na uma hora, no término do tempo regimental. Falta deliberar o conjunto dos impostos, os últimos pontos, referentes às delegações contratuais de competências. Portanto, eu coloco à consideração dos líderes municipais se prolongamos ou não a Assembleia, começando por Nuno Capucha que já tinha feito essa referência.”

Nuno Capucha do CH disse: “Eu recordo que as sessões da Assembleia Municipal, não apenas esta, mas todas, não posso dizer com precisão mas se calhar as últimas 4/5 têm começado com 45 minutos atraso, 45 minutos de atraso. Desculpe, amanhã trabalho, eu falo por mim, certamente outros falarão por si, que amanhã trabalham e não me vou sujeitar mais a isto. Por favor comecem as sessões a horas, não estou disponível.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, o início das sessões, esta sessão começou às 20h40 e isto é de facto uma questão para todos refletirem. Muitos de nós estavam cá no início da sessão, mas é necessário garantir o quórum e ao mesmo tempo assegurar que estejam presentes todos os eleitos. É um motivo de reflexão, temos que, de facto, assegurar o horário da Assembleia Municipal, que é às vinte horas, com uma pequena tolerância, naturalmente, até porque há também procedimentos a seguir. Fica já aqui este registo que nos responsabilize a todos. Tendo em conta que o período regimental para o final da sessão é há 01h00 e que só prorrogamos se houver consenso, está terminada a reunião de hoje e recomeçará amanhã às vinte horas.”

Retoma dos trabalhos dia 15 de novembro às 20:31.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos continuar com a avaliação conjunta dos pontos 12 a 15, tem a palavra Nuno Capucha para ponto de ordem.”

Nuno Capucha do CH disse: “Este ponto de ordem... antes que voltemos à discussão do ponto da ordem do dia... dos trabalhos da ordem do dia, queria voltar um pouco atrás porque houve uma questão que estas vinte e quatro horas me fizeram pensar. Tem a ver com a votação de uma das moções que eu apresentei. Eu recordo o seguinte: houve uma votação em que houve um empate, 18 votos a favor, 18 votos contra. Havia uma... faltava alguém na sala, segundo sei, o Samuel Cruz, que confirmou a presença na Assembleia e, mesmo assim, o senhor prosseguiu a votação. Eu recordo o artigo oitavo do Regimento diz que ninguém pode abandonar esta sala temporária ou definitivamente sem o comunicar. Claro que pode haver uma urgência, como é lógico, mas isso é uma... é uma regra para ser cumprida e mesmo assim o senhor prosseguiu a votação, faltando um elemento. Eu pergunto-lhe: como é que tenciona resolver este problema?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, tem a palavra.”

Samuel Cruz do PS disse: “Bom, em primeiro lugar, eu lamento o incómodo causado. Na verdade, tive um telefonema que tive que atender e estava dentro da sala, mas estava a atender o telefone. Se entenderem que não me devem pagar assim a presença não tem problema absolutamente nenhum, mas, enfim, é o que é. Eu estava... na verdade, estava convencido que... que estava... ou seja, e não é... eu fui muitos anos Vereador, doze, em concreto, e nós, quando ocorriam situações deste tipo, contávamos as votações por bancada, não é? Por acaso, estava convencido que o meu voto estava a ser contado de acordo com a minha bancada, mas não era assim. Eu respeito e olha... felizmente, não me... não... não me cabe a mim essa decisão.”



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A questão vem a despropósito no tempo em que é colocada. Porque era na sequência da votação, se havia alguma questão a levantar, era aí que tinha que ser colocada. O eleito Samuel Cruz não abandonou a Assembleia Municipal. Momentaneamente, o eleito Samuel Cruz não estava no seu local na sala no ato da votação e a votação é realizada com a presença dos eleitos no respetivo local e foi isso que aconteceu, a votação teve lugar no quadro regimental. Retomamos com os pontos doze, treze, catorze e quinze. Com as intervenções de José Geraldês, Nuno Capucha e Armando Farias.”

José Geraldês do PS disse: “Eu vou abordar a questão do IMI, quase tão somente a questão do IMI. Tive algum tempo para digerir melhor aquilo que ouvi ontem, nomeadamente uma intervenção que tem... a que reputo alguma importância, nomeadamente do Belchior e depois da minha camarada de bancada Fátima. E vou passar a ler. É contra o meu estilo. Não gosto de discursos escritos, mas optei porque tem aqui muitos números e importa referir isso também. Eu chamo a esta intervenção um triunvirato a contar histórias há muitos anos. Refiro-me aos Presidentes Alfredo Monteiro, Joaquim Santos e Paulo Silva. Com o devido respeito institucional, quero referir um conjunto de histórias mal contadas por parte deste Executivo da CDU. Vamos então começar. Este ano, decidiram descer meio ponto, passando a taxa de IMI de 0,34 para 0,335 e, segundo consta da proposta apresentada, tal descida representa uma poupança estimada de 53 euros por residente. Então, vale a pena pedir ao atual executivo faça às contas, no caso de a taxa do IMI passar para 0,30, conforme pedem, penso, todas as forças da oposição nesta Assembleia. Esta sim, Sr. Presidente, esta sim, esta seria uma poupança digna de registo para os municípios. Vem ao caso lembrar que o executivo tem uma almofada de conforto. Vem ao caso lembrar que as Câmaras CDU, com muito menor orçamento, decidiram baixar significativamente o IMI. Veja-se o caso de Grândola, cujo IMI baixou de 0,33 para 0,30. Veja-se o caso de Palmela, cujo IMI vai baixar 0,325 para 0,31. Vem ao caso referir que quatro municípios do CDU no distrito de Setúbal já vêm praticando taxas mais baixas que o Seixal, concretamente Alcácer do sal, 0,3, Palmela 0,325, Grândola 0,33, Santiago de Cacém 0,33. E pasme-se... e pasme-se que o IMI familiar é aplicado em muitas dessas Câmaras comunistas. Talvez seja altura do atual executivo, nomeadamente do Presidente ter uma conversa com os seus camaradas desses Concelhos. Outra situação que merece ser esclarecida é a famosa frase do tipo sound bytes de que este é o nono ano consecutivo em que a taxa desce do Seixal. OK. OK, é verdade. É verdade, mas, Sr. Presidente, os municípios não começaram a pagar IMI desde que a taxa começou a descer, já pagavam anteriormente. Existe uma ocultação sobre a taxa do IMI desde 2003. Durante cinco anos, a taxa praticada no Seixal era a máxima 0,5. Depois, durante seis anos baixou 0,4, 0,395 e, pasme-se, em 2014 subiu para 0,415, tendo a partir desse ano começado a crescer. É saudável e desejável algum rigor naquilo que se diz. Os nove anos de descida não podem ocultar o que ficou para trás. Concluindo – acabo já – importa não ocultar os números, mas sobretudo colocar em confronto outras Câmaras da CDU em que a leitura sobre o IMI familiar e mesmo sobre a taxa de IRS é bem diferente da prosa do atual Presidente, como se ele fosse o detentor da verdade e pelo que estamos a verificar, ele não é o detentor da verdade.”

Nuno Capucha do CH disse: “Tentarei ser telegráfico, também, devido, não só ao tempo, mas também ao facto de estarmos aqui pela segunda vez. Ontem falámos da questão da descida do IMI, o que é que isso significava em termos reais no bolso das pessoas e foi dado um exemplo aqui pelo eleito da CDU e, por acaso, também tive essa ideia de ver quanto é que eu próprio pagaria menos de IMI. Achei que não seria boa ideia personalizar porque acho que qualquer pequeno ganho e é essa a experiência... eu hoje fiz uma pequena sondagem, digamos, não à boca das urnas, mas à boca do balcão, fiz uma sondagem. Então, qual-



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

quer pequena diminuição do IMI, sobretudo para os idosos... 5 euros e estou... o que estou a afirmar é rigoroso, 5 euros para eles já é ótimo. No caso, por exemplo, seriam 20 o que já é alguma coisa. Estas pequenas descidas são importantes, que nós consideramos aquela que é a nossa realidade económica. Segundo uma notícia do jornal Eco publicada, curiosamente, no dia 25 de abril deste ano, os salários tiveram um aumento médio de 4,5%, isto em 2022, mas caíram 3,5% em termos reais por causa da inflação. Ou seja, perdemos poder de compra. Porque ontem falei aqui também de alguma forma do salário real da função pública, quero deixar esta ideia: deveria ter aumentado 121 euros, ou seja, cerca de 7,8% para compensar a inflação. E se fizéssemos um estudo alargando o período temporal, de certeza que seríamos capazes de provar matemática e cientificamente que os salários reais diminuíram bastante nos últimos anos. Já agora, obrigado PS. Em suma... concluindo, qualquer pequena diminuição dos impostos faz diferença.”

Armando Farias da CDU disse: “Eu vou ser breve porque ontem fizemos já aqui uma discussão, de certo modo, exaustiva. Eu só vinha... eu só venho reagir àquilo que foi aqui a intervenção do eleito José Galdes. Porque nós podemos, enfim, fazer comparações conforme nos dá jeito mas, em 2023, um conjunto de sete Concelhos tinha a taxa máxima de IMI. E eu pergunto ao eleito José Galdes de quem é a gestão destas Câmaras? Vila Real de Santo António, Cartaxo, Nazaré, Caminha, Mafra, Vila Nova de Poiares. Mas podemos ir aqui ao lado, a Almada, por exemplo. Vocês gostam tanto de falar em Almada. Portanto, eu acho que estar a fazer comparações, a gente pode ir buscar de um lado, pode puxar doutro e depois argumenta em função disso. E eu acho que aqui o que é mais sério discutir é, relativamente ao Seixal, se durante estes períodos, este histórico tem sido positivo ou não o caminho que tem sido seguido. Eu já ontem intervim sobre isto, não me vou repetir. Eu acho que é aí que nós devíamos nos centrar. Ou seja, no Concelho do Seixal, todos os anos, nos últimos anos, têm havido diminuição do IMI e tem sido explicado porque tem sido esta evolução em relação ao IMI. É melhoria para as famílias, mas ao mesmo tempo sem pôr em causa a sustentabilidade financeira da autarquia, a questão de continuarmos a ter redução do endividamento e, por outro lado, apoiar aquilo que é necessário fazer em relação a apoios sociais e investimento, equipamentos, etc. E eu acho que isso é mais sério discutir nesse plano. Depois podemos discordar. Podemos discordar, podemos fazer propostas em relação aos apoios sociais... ontem, a Isabel fez também essa proposta, etc. Podemos fazer isso! Recomendar ao executivo porque aqui ou acolá tenha em conta o quanto pode canalizar essas verbas. Agora estar a fazer comparações destas, eu acho que isso não faz sentido, muito sinceramente. Portanto, eu acho que a proposta que a Câmara traz aqui... o executivo traz aqui à Assembleia é uma proposta que eu acho que é equilibrada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra, José Galdes e, em seguida, Samuel Cruz.”

José Galdes do PS disse: “Eu já estava à espera... já estava à espera. Eu adivinhei. Só não adivinho o Euro-milhões, mas há uma explicação. Falaste de Almada. Almada tem o legado da anterior Presidente Maria Emília. E podemos ir mais longe, aliás, o que está aqui até... até posso contar. Montijo, Seixal, Sines, Almada, Alcochete, Moita, Barreiro. Moita também era um município comunista da CDU. O Barreiro. Acho que o Barreiro, este ano... espalhou... vai passar de 38 para 33, à volta disso. Portanto, o esforço... não, falaste de Vila Real de Santo António, para mim é irrelevante, quer dizer. Eu, neste caso, estou aqui a falar dos municípios da região de Setúbal. E digo-te, é evidente que há Câmaras atualmente sob a liderança ou a condução do Partido Socialista, mas que foram anos a fio... - anos a fio! – comunistas, portanto, da CDU. Os números



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

que eu avancei são claros e objetivos, a questão do IMI familiar está em cima da mesa e estou convencido que para o próximo mandato, para o próximo orçamento, o Paulo Silva e o executivo vão corrigir isso.”

Samuel Cruz do PS disse: “Pronto. Isso é uma discussão que é “demagogia feita à maneira é como queijo numa ratoeira.”, é assim que se diz, não é? E qual é a verdade? A verdade é esta. O superavit, o saldo de gerência, o lucro, o dinheiro que a Câmara arrecada em receitas e não gasta é superior àquilo que se tivéssemos tido até a taxa mínima 0,3, aquilo que se perdia em receita a Câmara continuava a arrecadar receita que não gastava. Não sei se me fiz entender, não é? Se nós, o ano passado, tivéssemos, ou há dois anos, há uns anos anteriores, já aplicado a taxa mínima de 0,3, a Câmara tinha arrecadado de receita que não tinha gasto, porque tem sempre saldo de gerência. E esse saldo de gerência é superior àquilo que era a diferença de aplicar a taxa mínima. Portanto, que aqui o Armando veio dizer não é verdade. Porque a Câmara continuava a fazer as mesmas coisas, continuava a ter lucro ou dinheiro que não gastava e aplicava a taxa mínima e ajudava as famílias. Ou seja, esse argumento não é válido. Pode-se aplicar por outras razões quaisquer, mas esse argumento em concreto não é válido. E nem sequer... daqui a bocadinho, o Sr. Presidente vai dizer: “ Ah! Mas é que o Governo me está a dever 22 milhões de euros ou coisa do género e eu tive que usar o saldo de gerência.” Isso é... percebe-se... é advogado, não é gestor. É confundir finanças com tesouraria, ou seja, esse dinheiro não está cá, mas há de vir. E, portanto, no fim do ano. E é! E vem! Mas é evidente que vem e já começou a vir, aliás. E, portanto, no fim vamos continuar a ter o mesmo superavit e o dinheiro vai continuar a faltar na carteira das famílias e vamos ter ainda mais porque este ano vai acontecer a mesma coisa. E, portanto, primeiro engodo: não é verdade que se tivesse... tivéssemos deixado de fazer alguma coisa, se aplicássemos a taxa mínima. Continuámos a fazer as mesmas coisas que foram feitas e ainda tínhamos lucro. Primeira coisa. Segunda coisa, o superavit não serve para nada. Serve para adiantar tesouraria, mas do ponto de vista económico... nós não estamos aqui a falar de tesouraria, estamos a falar do ponto de vista económico, o resultado final é neutro desse ponto de vista. Em terceiro e último lugar. Há aqui um argumento novo que surgiu nesta... ah! Mas no Seixal, os municípios dos grandes municípios pagam menos per capita, uma coisa neste género, não é isso? Isso só quer dizer uma coisa: os imóveis são mais baratos. E isso deveria entristecer o Sr. Presidente da Câmara, porque, ao contrário daquilo que diz, a atratividade do território não é porque as pessoas gostarem muito de viver aqui e daqui existir muita qualidade de vida e existirem casas muito caras, a atratividade do Concelho do Seixal é única e exclusivamente, porque as casas são mais baratas. E por as casas serem mais baratas e a avaliação das casas serem mais baratas é que o IMI per capita é o mais baixo. Já não é agora, mas é o mais barato.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Rapidamente, saldo de gerência que tanta confusão faz, ao Partido Socialista e aos outros partidos dizer o seguinte: se não fosse o saldo de gerência, Vale de Chicharos não tinha conseguido avançar. Ponto número um. Isto mostra que o saldo de gerência faz falta para prevenir situações de caloteiros. Portanto, foi com o saldo de gerência que conseguimos ultrapassar o calote que o Governo nos está a dar. Segundo, taxa do IMI. Montijo. Há anos que o Partido Socialista tem taxa de IMI mais elevada que o Seixal. Portanto, o argumento que é por causa dos erros de terem ganho a Câmara há pouco tempo é mentira. Segundo. IMI do Seixal, portanto, ser um IMI elevado na área metropolitana de Lisboa. Estamos na metade da tabela que tem taxas de IMI mais baixas na metade inferior. Portanto, somos dos Concelhos com o IMI mais baixo. O IMI familiar que todos aplicam... vamos ver o seguinte. Mais ne-



Assembleia Municipal do Seixal Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

nhum município está a fazer o que o Seixal está a fazer, que é na questão das candidaturas do PRR, o que falta a Câmara mete para os equipamentos serem construídos e serem uma realidade. E estamos a ver que, nem naquilo que se comprometem, a Segurança Social está a pagar. A creche do K já vai em mais de metade, ainda não receberam nada da Segurança Social e a obra avançada. Portanto, pelos vistos, o calote não é só à Câmara Municipal, também é a outros. O Seixal... queremos um Seixal mais para viver, mais para trabalhar, mais para visitar. Há cada vez mais gente a viver, cada vez mais pessoas a trabalhar e cada vez mais pessoas a visitar. O PSD diz que a CDU não pensa no povo. Vimos o que o PSD, quando foi o governo de Passos Coelho, pensou no povo, mas quando conseguimos concretizar, creche, aumentar a escola pública, construir estruturas residenciais para pessoas idosas, equipamentos culturais, equipamentos desportivos, estamos a pensar no povo. E na questão das participações, só dar um exemplo: construção do equipamento da (impercetível) valor total de 2 milhões e 60.000 com participação do PAR 742.000, Câmara Municipal do Seixal 1 milhão e 322.000. O que vocês aqui queriam com as descidas dos impostos é que estes equipamentos sociais e esta escola pública não avançassem. Mas digam isso à população que não querem mais creche, que não querem mais equipamentos para a ciência, que não querem mais nada, que querem é impostos mais baixos, a ver o que a população decida. Coeficiente de localização. Temos margem para podermos baixar com a questão do coeficiente. E penso que consegui responder a tudo.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “José Galdes, tem a palavra.”

José Galdes do PS disse: “Eu não queria falar mais, mas, de facto, isto transcende-me. O Sr. Presidente chamou caloteiro ao Governo. Não sei se reparou nisso? Eu não sou membro do Governo, mas se fosse sentia-me... pelo menos, não gosto. Mas devo-lhe dizer uma coisa, esse tipo de chantagem não seria... não... eu devo-lhe dizer que essa atitude de calimero, já lhe disse uma vez numa reunião, em termos do PRR Seixal, comparando com Almada, comparando com Barreiro, em termos de percentagem recebida, encaixada, entrada na Câmara do projeto inicial, o Seixal já recebeu 34%. Agora já recebeu mais. Almada recebeu 8%, Barreiro 4%. Portanto, está-se a queixar, OK? Mas é assim, como sabe, há regras. Portanto, é só para demonstrar que há aqui alguma hipocrisia. E, além disso, é assim, a Câmara tem um encaixe... o Vale de Chicharos, se a memória não me falha - posso ver o projeto depois - já recebeu 2 milhões.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sr. Presidente da Câmara Municipal tem a palavra para defesa da honra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito simples, se o Seixal já recebeu 34% das verbas do PRR e Almada só 8 e Barreiro só 4%, é muito simples: somos melhores, executamos mais rápido e já conseguimos receber mais, apesar de ainda nos estarem a dever muito. Bem, somos bons. Acho que sim.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação os pontos 12, 13, 14 e 15.”

Aprovada a Deliberação nº 75/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

Seis (6) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Aprovada a Deliberação nº 76/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Aprovada a Deliberação nº 77/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Duas (2) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Aprovada a Deliberação nº 78/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Para declarações de voto, têm a palavra, Samuel Cruz, Isabel Cruz e Duarte Correia.”

Samuel Cruz do PS disse: “Vou fazer várias declarações de voto, mas vou fazer também todas seguidas, está bem, Sr. Presidente? Então, declaração de voto, ponto 3.12 – IMI. O Partido Socialista votou a favor, porque é naturalmente a favor de uma baixa do IMI, mas a baixa do IMI que o Partido Socialista desejava – e como ficou expressa nas nossas intervenções – não era essa. O Partido Socialista, há muitos anos, que entende que deve ser aplicada a taxa de IMI mínima no Concelho do Seixal e é essa a taxa de IMI que nós defendemos e gostávamos que pudesse ser votada, como é votada em todo o resto do país as propostas em alternativas, mas não é. E, portanto, também aqui... e não é assim. Uma última nota sobre o IMI. O Partido Socialista apresentou um requerimento há cerca de um ano e que... mas continua a ser pertinente e renovo hoje aqui, ainda de que uma forma oral, esse requerimento. As Finanças, os serviços de Finanças, todos os anos, enviam à Câmara Municipal – pelo menos é isso que decorre da lei – o valor do IMI familiar. Ou seja, se fosse aplicado o IMI familiar, qual era o valor que isso impactava nas finanças da Câmara? O Partido Socialista pediu para conhecer esse número há cerca de um ano. Até hoje o requerimento não foi respondido, mas é evidente que era um dado importante para a nossa discussão aqui hoje saber qual é o impacto dessa verba. Portanto, pedimos ao Sr. Presidente da Câmara que, tão breve quanto possível, esperemos que não corra de novo mais um ano, nos faculte a informação cedida pelas finanças acerca de qual é o impacto do IMI familiar no orçamento municipal. Quanto à derrama, ponto 3.13. O Partido Socialista vota a favor da derrama por uma razão muito simples: a derrama não é um imposto cego sobre as empresas. A derrama é um imposto sobre os lucros. Única e exclusivamente as empresas que dão lucro e depois de apurado o valor desse lucro, ou seja, deduzidos depois de tudo, nomeadamente depreciações, investimentos e impostos, e que se apurou qual o valor sobre o qual é a derrama vai incidir. E, portanto, é evidente que essa é uma questão de solidariedade e que não tem impacto na vida das empresas, apenas na distribuição dos lucros. E é nesse sentido que o Partido Socialista, como partido de esquerda, que vota a favor da derrama. Quanto à declaração de voto do ponto 3.14, definição da participação percentual no IRS. O Partido Socialista aqui votou contra e votou contra a aplicação da taxa máxima, porque aquilo que o Partido Socialista defende é a aplicação da taxa mínima e também, como já foi justificado, porque nada deixaria de ser feito no Concelho



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

do Seixal se fosse aplicada essa taxa mínima, como já muito bem demonstrámos e com os números demonstram e que não mentem.”

Isabel Cruz do BE disse: “Sobre o IMI o Bloco de Esquerda votou a favor da taxa de IMI proposta pelo executivo que se fixará em 0,335 porque, apesar de tudo, é uma redução da taxa em vigor. Contudo, o Bloco de Esquerda quer deixar bem explícito que havia e há todas as condições para baixar a taxa de IMI pelo menos para 0,33%, sem pôr em causa a sustentabilidade das finanças municipais. Para além do mais, as Finanças preparam uma revisão dos coeficientes de localização dos imóveis que levará... o que levará a um aumento do IMI a pagar por milhares e milhares de munícipes. Isto mesmo vem expresso no Jornal Económico de 25 de outubro, em que no título da primeira página se pode ler “Revisão do coeficiente de localização vai levar a um aumento no total do IMI”. Se tal situação se verificar, o Bloco de Esquerda deixa aqui expresso o compromisso de impor a esta Assembleia Municipal uma deliberação para reduzir a taxa de IMI que hoje está deliberada. Declaração de voto sobre o ponto 3.14. O Bloco de Esquerda votou a favor do IRS de taxa de 5% e defende que esta deve reverter integralmente para o orçamento municipal pelas seguintes razões. Quase metade dos munícipes não pagam IRS porque não têm rendimentos para tal. Qualquer devolução, além de ser pouco significativa para a grande maioria dos contribuintes que pagam IRS, tem uma abrangência limitada, não transversal e socialmente injusta. O Bloco de Esquerda defende que a percentagem de 5% IRS deve ser utilizada para construir equipamentos e financiar medidas que respondam à emergência social, investir no pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, para construir creches e jardins de infância, para criar um fundo para auxiliar no pagamento de rendas e evitar os despejos de munícipes, para construir uma bolsa de habitações, comprando ou construindo, para alugar com rendas acessíveis a vítimas de despejo e dar resposta a outros casos sociais emergentes.”

Duarte Correia do PSD disse: “O Partido Social Democrata absteve-se na fixação do valor da taxa do IMI, porque, conforme disse o Partido Socialista, também achamos que este executivo tinha condições para baixar ainda mais a taxa de IMI. Somos favoráveis a que se baixe a taxa do IMI, mas por isso não votámos contra, mas também não podemos votar a favor, porque achamos e temos... não achamos, temos a certeza que este executivo podia ir muito mais longe. Em relação à definição do percentual de IRS, como é óbvio, tivemos de votar contra porque qualquer dinheiro que é devolvido às pessoas é sempre bem-vindo. Este paternalismo de dizer que os munícipes não saberiam gastar o dinheiro, que eram 10 euros, que eram 20 euros, qualquer dinheiro que seja dado aos munícipes... porque este dinheiro foram eles que o entregaram. Portanto, se lhes devolvermos o dinheiro, é evidente que eles sabem muito bem o que é que hão de fazer com o dinheiro. É realço também aqui o que disse o Samuel Cruz. Então se há um requerimento a solicitar qual é o valor da participação do IRS e a Câmara não disponibiliza esse documento? Custa assim tanto? Em relação à derrama, eu ontem não quis intervir, mas achei curioso... nós votámos contra, como é óbvio. Achei curioso o Sr. Presidente da Câmara dizer que a falou com os empresários e que os empresários acharam muito bem o valor fixado da derrama. Eu não conheço nenhum empresário... - eu não conheço, o Sr. Presidente conhece muitos - que diga: “ O quê? Vai aplicar uma taxa sobre a nossa empresa? Acho muito bem.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para os pontos seguintes que vamos também apresentar para apreciar em conjunto. São delegações contratuais para a União de Freguesias para a Freguesia de Amora e para a Freguesia de Corroios. Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

III.16. Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à ata com o número 25).

III.17. Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a Freguesia de Amora. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à ata com o número 26).

III.18. Delegação contratual de competências próprias do Município do Seixal para a Freguesia de Corroios. Aditamento ao Contrato Interadministrativo. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à ata com o número 27).

O Presidente da Câmara Municipal disse: “São delegações contratuais de competências, ou seja, a Câmara Municipal viu que em algumas Freguesias, nomeadamente Amora, Corroios e na União está a haver um problema dos rabiscos, graffitis e que quando há um problema temos que o atacar. Felizmente, agora também tenho que dizer isto: felizmente que na Freguesia de Fernão Ferro as situações são residuais, não há nesse território... são residuais mas, portanto, há um problema, temos que o atacar e tive uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta para vermos a melhor maneira e vimos que com a celebração deste contrato para, numa estratégia concertada, atacarmos este problema e resolvermos e termos um Concelho mais bonito e, conseqüentemente, um Concelho mais aprazível, onde é que as pessoas se sintam melhor, que tenhamos sempre isso. Aumentar a qualidade de vida, as pessoas sentirem-se melhor, gostarem, não ver as paredes sujas. É nisso que estamos a trabalhar e, conseqüentemente, trazemos aqui estes protocolos de delegação de competências para aprovação aqui na Assembleia Municipal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Têm a palavra, Rui Pereira e Nuno Capucha para Intervenções em relação a estes pontos.”

Rui Pereira Santos do PS disse: “Aqui há uns anos tínhamos seis Freguesias, depois passámos para quatro e agora, por conveniência da Câmara, passámos para três. Sr. Presidente, depois de ver a sua proposta onde via que Fernão Ferro não estava incluído e ver fotografias já de alguns pontos, mas posso enviar mais, se quiser. Se o Sr. Presidente não conhece, terei todo o gosto em mostrar no local como já fizemos com outras situações, terei todo o gosto. Inclusive, temos orçamentos já para fazermos uma arte urbana nesses espaços para serem reconvertidos, serem requalificados e para conseguirmos ter o melhor... o Sr. Presidente disse e muito bem, para ter o melhor aspeto à nossa população. Portanto, quando se diz que Fernão Ferro está sempre contra tudo, está sempre... está Fernão Ferro, a Freguesia, sempre contra a Câmara, vemos aqui um caso simples, a Câmara, inclusivamente, exclui a Freguesia de Fernão Ferro. Sr. Presidente, não me diga que isto é política. Já perderam a junta duas vezes seguidas. Sr. Presidente, se continuar assim, nunca mais toca na chicha, desculpe a expressão. Por exemplo, é preciso abrir os olhos. Fernão Ferro faz parte integrante deste Concelho, precisa de apoio porque durante 50 anos não digo, mas durante os últimos 30 anos sempre foi esquecido pela Câmara do Seixal. Já elenquei aqui várias obras, vários equipamentos que são precisos em Fernão Ferro, que temos em todos... em todas as partes do Concelho, menos em Fernão Ferro: escolas, pavilhões, piscinas, uma série de coisas. Já inclusive e tudo, a Junta passada quis falar com o Sr. Presidente



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

por causa da escola C+S Secundária de Fernão Ferro, na qual dentro de uma semana liguei-lhe 11 vezes - 11 vezes numa semana - não foi capaz de me devolver uma chamada, não foi capaz de me atender uma única vez. Sr. Presidente, temos de fazer algo. Já disse várias vezes. Nós estamos aqui a trabalhar em prol da população, em prol de todos. Não é em prol do PS ou da CDU – isso sai no dia 25, nas eleições. Neste momento, o que conta é a população. E é isso que eu faço todos os dias. Depois, claro, temos diferendos? Temos. Como é lógico. Temos pontos de vista muito diferentes? Temos. Muito. E muita coisa. Muito diferentes mesmo. Mas agora excluir Fernão Ferro só porque o Sr. Presidente acha... possivelmente, nem sequer teve conhecimento de nada, mas, por exemplo, acha e a Câmara acha que Fernão Ferro não precisa de embelezar o seu território como os outros precisam, Sr. Presidente, convido-o. Venha fazer uma visita a Fernão Ferro se tiver disponibilidade. Pode ser às 5 da manhã / 6 da manhã. Como o Sr. Presidente começa cedo a ser a trabalhar, pode ser a uma hora dessas e vamos lá. E apresento-lhe os locais. Parque das Lagoas - pode lá ir! Os muros estão todos grafitados. Jardim Barbosa do Bocage. Quer mais? Quer mais espaços? Laranjeiras. Sr. Presidente, quer mais? Vamos lá um dia destes. Convido-o. Desafio-o a isso.”

Nuno Capucha do CH disse: “Sr. Presidente, compreendemos que é muito difícil controlar isto. Qualquer adolescente com um spray de tinta pode estragar uma pintura muito cara de um prédio. E a ideia de os encaminharem para a arte urbana, à partida, não é má. Claro que os senhores têm que pôr o rótulo de esquerda, murais da liberdade. Se fosse, por exemplo, noutra cidade, noutra país ou noutros continentes, chamariam simplesmente galeria de arte urbana e a coisa ficava resolvida, mas tem sempre aquele rótulo de liberdade, como aqui está claro. Votar a favor da celebração da queda do muro isso é que não. Porém, deixo uma última nota. Não repliquemos apenas aquilo que é do gueto. Seja o rap, seja o graffiti. Tem de haver uma preocupação... está aqui a Sra. Vereadora da cultura. Tem de haver uma preocupação de oferecer aquela arte intemporal, aquela arte clássica. Acho que fazer chegar isso a quem não tem... se calhar, se não for a Câmara, se não for uma entidade distrital, não tem outra hipótese de conhecer isso. Disse. Desculpem-me, só acrescentar mais uma coisa. Mais do que qualquer... mais do que se possa pensar, isso faz uma tremenda diferença, não só academicamente, mas no futuro, como futuros seres humanos, como futuros cidadãos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tem quinze segundos e tolerância de quarenta e cinco, a que foi agora dada ao PS.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Ponto número 1. Este apoio, este contrato que está a ser... não é para fazer arte urbana. É para limpar os rabiscos que existem no território, porque para fazer arte urbana, por exemplo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Corroios tem feito isso à vontade e faz. Excelente o muro da Escola João de Barros. Mas é quando se tem vontade de trabalhar e de fazer investimentos. Em Fernão Ferro, anunciámos o Pavilhão dos Redondos, recentemente, estamos a trabalhar a Escola, estamos a trabalhar uma creche, estamos a fazer o apoio, obviamente, associativo. Estamos a fazer muitos investimentos em Fernão ferro e inclusive a questão do mercado assim haja também vontade. Quanto à questão de me ter telefonado onze vezes, na verdade ligou. No dia da greve da função pública, decidi ligar que era para ver se eu atendia o telefone para ficar gravado que o Presidente da Câmara do Seixal até estava ao serviço no dia da greve da função pública. É claro que não atendi em solidariedade com todos os trabalhadores que estavam em greve. Portanto, nesse dia não ia atender o telefone. Não sei o que é que o Sr. Presidente queria. O Sr. Presidente deve pensar que eu estou aqui assim a dormir, mas o Sr. Presidente engana-se. Portanto, eu vi muito bem o que é que queria nesse dia a insistir para mim.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Rui Pereira para defesa de honra”.

Rui Pereira dos Santos do PS disse: “Sr. Presidente, vamos ser sérios. Vamos ser sérios. Eu liguei-lhe a semana toda. Toda. Não foi só na sexta-feira de greve. Liguei toda a semana desde segunda-feira a sexta. Liguei sexta-feira? Liguei, sim senhor. Liguei, mas liguei de segunda a sexta. Onze vezes na semana toda. Não foi só num dia. Sr. Presidente... seja sério, Sr. Presidente, por favor, está bem? E em relação aos graffitis... falou, falou, falou, mas em relação aos graffitis nada disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação os pontos III.16., III.17 e III.18.”

Aprovada a Deliberação nº 79/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Aprovada a Deliberação nº 80/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Aprovada a Deliberação nº 81/XIII/2023 por Maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o último ponto que é o III.19, minuta de ata. Senhor primeiro secretário tem a palavra para a leitura da ata em minuta, com a colaboração da senhora segunda secretária.”

III.19. Minuta de Ata. Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Intervenção de Manuel Guerreiro.”

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Boa noite a todos. Boa noite a todos. No ponto da criação do Gabinete Municipal de Atletismo pela... ou Estádio de Atletismo Carla Sacramento, ou é repetida a votação do PSD ou então há aí um lapso qualquer na leitura. Pode até estar bem escrito, mas há um lapso na leitura. Criação do Gabinete Municipal de Atletismo Carla Sacramento, que eu não sei qual é o ponto que eu não tenho aqui a ordem de trabalhos, tenho aqui o apontamento da votação. E depois... já agora, digo tudo. Ai não, eles não estão tomando atenção. Espere pode estar bem escrito, mas foi o mal lido. Foi duas vezes a mesma... foi a votação do PSD repetida. Pode estar até bem escrito. É pá, a votação foi esta. Aprovação: CDU, PSD, BE, PAN e independentes. Abstenção: PS e CHEGA.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mas foi isso que foi dito.”

Manuel Guerreiro da CDU disse: “Ok. A segunda questão, penso... desculpe, a segunda questão que queria colocar era em relação à interpelação à Mesa por causa da votação do dia anterior, que deve ser bem esclarecida a interpelação, não é o ponto em discussão, era o ponto anterior que foi discutido e votado ontem. É em relação à interpelação que foi feita à Mesa no princípio sobre a votação do ponto de ontem que faltava o Eleito do PS. É preciso... essa interpelação refere-se à votação de ontem e, portanto... por isso é que é extemporânea hoje, já foi fora tempo, em relação à votação ontem e deve ficar claro na ata que é em relação à interpelação de um ponto anterior. Na leitura não ficou isso claro, pelo menos, para mim.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sim, mas isso na ata fica esclarecido. Tem a palavra Tomás Santos.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 10/2023

6.ª Sessão Extraordinária – 14 e 15 de novembro de 2023

Tomás Santos do PS disse: “A certa altura, dizem que eu pedi defesa de honra, mas eu não pedi defesa de honra nenhuma. Deve ter sido interpelação à Mesa, ou uma coisa assim do género. Eu não senti a minha honra nenhuma vez desonrada, desta vez.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, vamos corrigir isso, não foi defesa da honra, mas ponto de ordem.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar a aprovação da ata em minuta.”

Aprovada a Deliberação nº 82/XIII/2023 por Unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca das 22:00 horas do dia 15 de novembro.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: